

***Companhia Brasileira de Distribuição***

*Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício  
Findo em 31 de Dezembro de 2014 e Relatório dos  
Auditores Independentes sobre as Demonstrações  
Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “CBD”), diretamente ou por meio de suas subsidiárias (“Grupo” ou “GPA”), atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônico, e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Super”, “Minimercado Extra”, “Assaí”, “Ponto Frio” e “Casas Bahia”, além das plataformas de e-commerce “Casas Bahia.com”, “Extra.com”, “Ponto Frio.com”, “Barateiro.com”, “Partiuviajens.com”, “Cdiscount.com” e da bandeira de shoppings de vizinhança “Conviva”. Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”), sob o código “PCAR4”, e na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III), sob o código “CBD”.

A Companhia é controlada pela Wilkes Participações S.A. (“Wilkes”) que por sua vez é controlada pelo Casino Guichard Perrachon (“Casino”).

### 1.1 Arbitragem Casino

Em 2011, houve requerimento por parte do Casino de dois procedimentos arbitrais na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, contra o Sr. Abílio dos Santos Diniz e suas partes relacionadas. Em 6 de setembro de 2013, o Grupo Casino e o Sr. Abílio dos Santos Diniz, em conjunto com suas partes relacionadas, protocolaram petição buscando o encerramento dos procedimentos arbitrais e firmaram Instrumento Privado de Transação e Renúncia de Direitos.

As partes também concordaram em encerrar todo e qualquer litígio entre si e contra qualquer terceiro (relacionados às controvérsias), assim como não praticar nenhum ato ou ajuizar qualquer ação baseado nos direitos previstos em qualquer dos acordos previamente firmados ou baseado em entendimentos anteriores a 6 de setembro de 2013.

### 1.2 Solicitação de arbitragem Morzan

Em junho de 2012, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comércio Internacional - CCI acerca do pedido de instauração de procedimento arbitral (“Procedimento”) apresentado pela Morzan Empreendimentos e Participações Ltda. (“Morzan”), antiga controladora da Globex Utilidades S.A. (bandeira Ponto Frio), atualmente Via Varejo S.A. (“Via Varejo”).

O Procedimento está relacionado com questões que decorrem do Contrato de Compra de Ações celebrado pela subsidiária Mandala Empreendimentos e Participações S.A., em 8 de junho de 2009 (“Contrato”), para aquisição de 86.962.965 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal então representativas de 70,2421% do capital social total e votante da Via Varejo. Os termos da arbitragem estão submetidos a obrigações de confidencialidade.

Até a presente data os desdobramentos desta arbitragem não geraram quaisquer impactos nestas demonstrações financeiras. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados acerca de quaisquer desdobramentos relevantes relativos ao Procedimento.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.3 Termo de Compromisso de Desempenho

A Companhia, a subsidiária Via Varejo e CB, em conjunto “Compromissárias”, e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) celebraram o Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”), para a aprovação do Acordo de Associação celebrado entre a CBD e CB em 4 de dezembro de 2009 e aditado em 1º de julho de 2010. Como principal objetivo deste TCD, a Via Varejo tinha por obrigação alienar 74 lojas, localizadas em 54 municípios, distribuídos em seis estados e no Distrito Federal.

Em atendimento ao TCD, entre outubro de 2013 e janeiro de 2014, a subsidiária Via Varejo alienou 42 lojas, que já tiveram suas aprovações divulgadas pelo CADE durante setembro e outubro de 2014. A Companhia ainda aguarda o cumprimento de condições precedentes contidas nos contratos de compra e venda, as quais podem ter influência no valor de venda final dessas lojas, bem como na efetiva transferência das lojas aos adquirentes. Os efeitos contábeis resultantes da venda das lojas serão reconhecidos quando as condições precedentes forem atendidas, não sendo esperados perdas adicionais além daquelas já reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Para as 32 lojas remanescentes, entre maio e junho de 2014, as suas atividades foram encerradas, com pagamento de multa pela não alienação destas lojas, no valor de R\$12, conforme previsto no TCD.

A Companhia entende que cumpriu as obrigações descritas no TCD e aguarda um pronunciamento formal do CADE.

### 1.4 Aquisição de participação da Nova Pontocom

Em 17 de outubro de 2013, a subsidiária Via Varejo celebrou a venda de 6,20% das ações do capital social da Nova Pontocom para a controladora CBD. A participação da Via Varejo foi alterada de 52,10% para 43,90%. O valor de aquisição, pela Companhia, foi de R\$80, pago em caixa, gerando efeito líquido de R\$73 registrado diretamente no patrimônio líquido da Companhia, por representar uma transação entre acionistas e não uma combinação de negócios.

Nesta mesma data, houve a aquisição por CBD de 1,95% de participação em Nova Pontocom detida por minoritários pelo valor de R\$25, sendo R\$7 pela compensação com saldos devidos por estes minoritários para a CBD, e o restante pago em caixa. Após a transação, a Companhia passou a possuir 47,21% de participação direta mais 23,88% de participação indireta na Nova Pontocom.

As transações acima mencionadas foram avaliadas como “transação de capital” e os efeitos registrados diretamente ao patrimônio líquido do controlador, no valor total de (R\$73) e na participação de não controladores no valor de R\$24.

Concomitante com a venda foi firmado nesta mesma data, um novo Acordo de Acionistas da Nova Pontocom, o qual estabelece novos parâmetros de governança corporativa.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.5 Incorporação de subsidiárias

Em AGE realizada no dia 29 de dezembro de 2014 foi aprovada a incorporação das subsidiárias integrais Vedra Empreendimento e Participações S.A., ECQD Participações Ltda., APE SPE 06 – Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda., GPA 5 Empreendimentos e Participações S.A., GPA 4 Empreendimentos e Participações S.A., Monte Tardeli Empreendimentos e Participações S.A., P.A. Publicidade Ltda., Vancouver Empreendimentos e Participações Ltda. e Duque Conveniências Ltda. pela Companhia, com objetivo de unificação das atividades e da administração. Essa unificação resultará na obtenção de benefícios de ordem administrativas, econômica e financeira.

Os efeitos no balanço de 31 de dezembro de 2014 da controladora como resultado da incorporação das subsidiárias acima estão sumariados no quadro abaixo. Por se tratar de incorporação de subsidiárias integrais, não houve alteração nas demonstrações financeiras consolidadas, nem impactos na demonstração do resultado nas demonstrações financeiras individuais:

<u>Ativo</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1
Outros contas a receber	2
Impostos a recuperar	1
Total do ativo circulante	4
Outras contas a receber	54
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3
Partes relacionadas	38
Investimento	12
Intangíveis	39
Total do ativo não circulante	146
Total do ativo	150
<u>Passivo</u>	
Partes relacionadas	24
Outras contas a pagar	3
Total do passivo circulante	27
Outras contas a pagar	1
Total do passivo não circulante	1
Total do passivo	28
Acervo líquido incorporado	122

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emanadas do IASB, tal como pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei 6.404/76 e Documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)).

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de Reais. A moeda funcional da Companhia é o Real.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015.

A Companhia efetuou determinadas reclassificações nas demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, no intuito de adequá-las aos critérios de apresentação adotados no período corrente. As reclassificações efetuadas foram:

	Controladora			
	Saldo originalmente publicado	Galerias Malls Custo	Galerias Malls Receita	Saldo Reclassificado
Saldo em 31.12.2013:				
Receita operacional líquida	21.580	-	90	21.670
Custo das mercadorias vendidas	(15.769)	(33)	-	(15.802)
Lucro bruto	5.811	(33)	90	5.868
Despesas/Receitas operacionais	(4.126)	33	(90)	(4.183)
Despesas com vendas	(3.218)	33	(90)	(3.275)

  

	Consolidado			
	Saldo originalmente publicado	Galerias Malls Custo	Galerias Malls Receita	Saldo Reclassificado
Saldo em 31.12.2013:				
Receita operacional líquida	57.731	-	123	57.854
Custo das mercadorias vendidas	(42.704)	(46)	-	(42.750)
Lucro bruto	15.027	(46)	123	15.104
Despesas/Receitas operacionais	(12.078)	46	(123)	(12.155)
Despesas com vendas	(9.180)	46	(123)	(9.257)

a) Demonstração do resultado: As receitas e custos com locação de galerias comerciais, que anteriormente estavam contabilizadas como recuperação das despesas com vendas, foram reclassificadas para “receita operacional líquida” e “custo das mercadorias vendidas”, respectivamente, devido ao aumento de participação desta atividade no segmento Multivarejo e considerando as expectativas de novos lançamentos de empreendimentos “Conviva” e do aumento nas operações futuras, melhor apresentando esta atividade nas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia entende ser melhor proceder com a atual classificação para permitir comparabilidade e uma classificação definitiva dessas receitas e custos.

b) Demonstração do valor adicionado: Conforme alteração mencionada no item acima, as linhas alteradas na demonstração do valor adicionado foram vendas de mercadorias R\$99 e R\$136, outras receitas e despesas R\$90 e R\$123, custo de mercadoria vendida e materiais, energia, serviços e outros de R\$33 e R\$46 e impostos, taxas e contribuições de R\$9 e R\$13, controladora e consolidado, respectivamente.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Base de consolidação

### 3.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas:

Sociedades	Participação nos investimentos - %			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Companhia	Participação Indireta	Companhia	Participação Indireta
<b>Controladas</b>				
Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	10	-	10	-
Sé Supermercado Ltda. ("Sé")	100	-	100	-
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas")	100	-	100	-
Bellamar Empreend. e Participações Ltda.	100	-	100	-
GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	100	-	100	-
PA Publicidade Ltda. ("PA Publicidade")	-	-	100	-
Vancouver Empreend. e Participações Ltda.	-	-	100	-
CBD Holland B.V.	100	-	100	-
CBD Panamá Trading Corp.	-	100	-	100
Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. ("Barcelona")	68,86	31,14	82,75	17,25
Xantocarpa Participações Ltda. ("Xantocarpa")	-	100	-	100
Vedra Empreend. e Participações S.A.	-	-	99,99	0,01
Monte Tardeli Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	99,91	0,09
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda.	100	-	99,99	0,01
GPA 4 Empreend. e Participações S.A.	-	-	99,91	0,09
GPA 5 Empreend. e Participações S.A.	-	-	99,91	0,09
GPA 6 Empreend. e Participações Ltda. ( GPA Logística e Transporte Ltda. )	100	-	99,99	0,01
ECQD Participações Ltda.	-	-	100	-
API SPE Planej. e Desenv. de Empreend. Imobiliários Ltda.	-	-	100	-
Posto Ciara Ltda.	100	-	-	100
Auto Posto Império Ltda.	100	-	-	100
Auto Posto Duque Salim Maluf Ltda.	100	-	-	100
Auto Posto GPA Santo André Ltda.	100	-	-	100
Auto Posto Duque Lapa Ltda.	100	-	-	100
Duque Conveniências Ltda.	-	-	-	100
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A ("Nova Pontocom") (*)	47,48	23,90	47,43	23,99
CNova Comércio Eletrônico S.A. (Bruxellas Empreend. e Participações S.A.)	-	35,73	99,99	0,01
Cnova N.V	-	35,73	-	-
E-Hub Consult. Particip. e Com. S.A.	-	71,39	-	71,42
Cdiscount Group S.A.S. (Nota 13.1)	-	35,73	-	-
Cdiscount Colombia S.A.	-	18,20	-	-
C Distribution Asia Pte. Ltd	-	21,40	-	-
C Distribution (Thailand) Ltd	-	14,98	-	-
C-Discount Vietnam Co Ltd	-	17,12	-	-
Dutchco - Marneylectro B.V (antiga Jaipur Financial Markets B.V)	-	71,52	-	-
Luxco – Marneylectro S.A.R.L (antiga Jaipur Financial Markets S.A.R.L)	2,65	68,87	-	-
Via Varejo S.A. ("Via Varejo")	43,35	-	43,35	-
Nova Extra Eletro Comercial Ltda. (Átino Comunicação Ltda)	-	-	0,10	43,31
Sabara S.A.	-	43,35	-	43,35
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	-	43,35	-	43,35
Ponto Frio Adm e Importação de Bens Ltda.	-	43,35	-	43,34
PontoCred Negócio de Varejo Ltda.	-	43,35	-	43,35
Globex Adm e Serviços Ltda. ("GAS")	-	43,35	-	43,35
Rio Expresso Com. Atacad. de Eletrodoméstico Ltda.	-	43,35	-	43,35
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda.	-	43,35	-	43,35
Globex Adm. Consórcio Ltda.	-	43,35	-	43,35
Nova Experiência PontoCom S.A.	-	71,39	-	71,42
Casas Bahia Contact Center Ltda. ("CBCC")	-	-	-	43,35

(\*) Desconsiderando as ações em tesouraria

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Base de consolidação – Continuação

### 3.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas – Continuação

Sociedades	Participação nos investimentos - %			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Companhia	Participação Indireta	Companhia	Participação Indireta
Associadas				
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	-	41,93	-	41,93
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	21,67	-	21,67
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	41,93	-	41,93
Financière MSR S.A.S.U.	-	35,66	-	-
E-Trend S.A.S.	-	35,66	-	-
Cdiscount International B.V.	-	35,66	-	-
C-Discount Afrique S.A.S.U.	-	35,66	-	-

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual detido pela GPA ou suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas, mantendo a participação dos não controladores destacada em linha específica no patrimônio líquido.

### 3.2 Subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia, bem como os procedimentos para consolidação integral, segue os conceitos e princípios estabelecidos pela IFRS 10 (CPC 36 - R3).

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

As principais subsidiárias diretas ou indiretas incluídas na consolidação e o percentual de participação da Companhia compreendem:

#### (i) Novasoc

A participação da Companhia na Novasoc representa 10% de suas quotas, mas a Companhia detém controle sobre 99,98% dos direitos de voto da empresa, nos termos do acordo de quotistas. O contrato social da Novasoc prevê que, a alocação de seu resultado líquido não requer necessariamente que seja proporcional ao percentual de participação detido na sociedade, sendo atribuído 99,98% à Companhia.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Base de consolidação – Continuação

### 3.2 Subsidiárias -- Continuação

#### (ii) Via Varejo

A Companhia detém 43,35% de participação no capital social da Via Varejo e 62,3% sobre as ações com direito a voto, conferindo-lhe o controle dessa subsidiária.

Em 2 de janeiro de 2013 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da subsidiária NCB pela sua controladora Via Varejo. A incorporação não gerou impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### (iii) Sé Supermercados e Sendas

A Companhia detém, direta ou indiretamente, 100% do capital social de Sendas contemplando as operações de varejo, predominantemente no Estado do Rio de Janeiro, adicionalmente, a Sé Supermercado opera supermercados e hipermercados predominantemente no Estado de São Paulo.

#### (iv) Barcelona e Xantocarpa

A Companhia detém, direta ou indiretamente, 100% do capital social destas entidades que combinadamente tem a operação do segmento de atacado de autosserviços.

#### (v) GPA M&P

O GPA M&P tem por objetivo gerir e explorar as atividades imobiliárias da Companhia.

#### (vi) Nova Pontocom

Em 17 de outubro de 2013, a Companhia passou a ter controle direto sobre a Nova Pontocom, que anteriormente era exercido através da subsidiária Via Varejo. Nova Pontocom é a *holding* das empresas de comércio eletrônico para consumidores finais por meio dos sites: [www.extra.com.br](http://www.extra.com.br), [www.pontofrio.com.br](http://www.pontofrio.com.br), [www.casasbahia.com.br](http://www.casasbahia.com.br), [www.barateiro.com.br](http://www.barateiro.com.br) e [www.partiuviaagens.com.br](http://www.partiuviaagens.com.br), além das empresas do Grupo Cdiscount, conforme divulgado na nota explicativa nº13.1.

### 3.3 Coligadas - BINV e FIC

Os tratamentos contábeis utilizados pela Companhia para fins de apuração dos efeitos provenientes de suas coligadas, que representam entidades em que a Companhia exerce influência significativa mas não possui o controle sobre suas atividades, seguem as determinações do CPC 18 R2 (IAS 28), sendo.

- Reconhecimento inicial pelo custo ou valor justo, conforme cada caso, e seus resultados são contabilizados segundo o método de equivalência patrimonial.
- Alterações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das coligadas, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e divulga, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- Eventuais ganhos ou perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e as coligadas são eliminados na medida da participação nas coligadas.
- As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia e quando necessário, efetuados ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

Os investimentos da Companhia em suas coligadas FIC e BINV, ambas instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA e Via Varejo, resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco S.A ("Itaú Unibanco") com o GPA e a Via Varejo.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Base de consolidação – Continuação

#### 3.3 Coligadas - BINV e FIC - Continuação

A Companhia tem participação relevante nas decisões operacionais da FIC através do Conselho de Administração dessa associada.

As demonstrações financeiras resumidas da FIC são as seguintes:

	FIC	
	31.12.2014	31.12.2013
Ativo circulante	3.815	3.522
Ativo não circulante	35	32
Ativo total	3.850	3.554
Passivo circulante	2.963	2.827
Passivo não circulante	15	23
Patrimônio líquido	872	704
Total passivo e patrimônio líquido	3.850	3.554
	31.12.2014	31.12.2013
<u>Demonstração do resultado:</u>		
Receitas	1.025	895
Resultados operacionais	397	158
Lucro líquido do exercício	220	88

Para as demonstrações financeiras resumidas da FIC, o efeito do cálculo do investimento o patrimônio da investida deve ser deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis

### 4.1 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato nos quais são parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado são mensurados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial pela taxa de juros efetiva. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como receitas e despesas financeiras.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pelo não recebimento de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia e suas subsidiárias não conseguiram receber todos os montantes a vencer com base em suas datas de vencimento. Para o cálculo, a Companhia considera o histórico de perdas, informações estatísticas históricas, aging dos valores a receber e a avaliação da probabilidade de deterioração adicional da carteira, levando em consideração fatores macro-econômicos e de mercado. Quando o recebimento das contas a receber é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do período. Recuperações subsequentes são reconhecidas, quando incorridas, na rubrica de despesas com vendas na demonstração de resultado do exercício.

A nota explicativa nº19 contém informações adicionais sobre os instrumentos financeiros e detalhes sobre o modo como são mensurados.

#### (i) *Ativos financeiros*

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas subsidiárias que estão no escopo do CPC 38 (IAS 39), são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis, e (iii) investimentos mantidos até o vencimento. A Companhia e suas subsidiárias definem a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

#### (i) Ativos financeiros – Continuação

##### Reconhecimento inicial e mensuração -- Continuação

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia e suas subsidiárias incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos.

##### Mensuração subsequente

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo e são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos; e
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

##### Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

#### (i) Ativos financeiros – Continuação

##### Desreconhecimento de ativos financeiros -- Continuação

Quando a Companhia e suas subsidiárias cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia e suas subsidiárias.

##### Perda do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias verificam se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

Especificamente em relação aos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a Companhia e suas subsidiárias, primeiramente, verificam se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia e suas subsidiárias determinem a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente – seja esta perda significativa ou não – a Companhia e suas subsidiárias o classificam em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações financeiras como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia e suas subsidiárias mensuram a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

#### (i) Ativos financeiros – Continuação

##### Perda do valor recuperável de ativos financeiros - Continuação

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

#### (ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como, empréstimos, financiamentos ou instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um relacionamento de *hedge* efetivo, conforme o caso. A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia e suas subsidiárias incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento por compra de ativos e instrumentos financeiros derivativos.

##### Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

##### Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

##### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

### 4.3 Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como swaps de taxas de juros e swaps de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de taxa de juros é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício;
- Com relação aos *hedges* de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo custo amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do exercício restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo ocorrer, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido;
- Se o item protegido for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado; e

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.3 Contabilização de *hedge* - Continuação

- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela BM&FBovespa e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

### 4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

### 4.5 Contas a receber

São registradas e mantidas nos balanços pelos valores das vendas e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros ("TEJ"), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado do exercício. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

A cada fechamento dos balanços a Companhia e suas subsidiárias avaliam se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de clientes baseia-se em um histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, além da avaliação de eventos macroeconômicos como índice de desemprego, e índice de confiança de consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 180 dias da data do vencimento.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.6 Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

### 4.7 Bonificação

As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado na medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas entre outros e são registradas como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, uma vez que contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores líquidos dos valores a receber de bonificação.

### 4.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência.

O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber” e sua realização é registrada na rubrica “Receita operacional líquida”, pela fruição do prazo.

Demais rubricas do balanço patrimonial cuja aplicação do ajuste a valor presente se faça necessário, tem a sua contrapartida na rubrica de “Resultado financeiro”.



# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("impairment test") tem por objetivo apresentar de forma prudente o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis ou intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC"), antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

### 4.10 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

<b>Categoria dos ativos</b>	<b>Taxa média de depreciação anual</b>
Edifícios	2,50%
Benfeitorias e melhorias	4,41%
Equipamentos de processamento de dados	20,93%
Software	11,81%
Instalações	7,88%
Móveis e utensílios	10,21%
Veículos	21,52%
Máquinas e equipamentos	9,17%
Decoração	20,00%

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.10 Imobilizado -- Continuação

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado e intangível no exercício de 2014 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

### 4.11 Capitalização de juros

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

### 4.12 Propriedade para investimentos

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico, (incluindo custos da transação), líquido da depreciação acumulada e ou das perdas por não recuperação, se houver.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Uma propriedade para investimento também é transferida quando há intenção de venda e neste caso é classificada como ativo não circulante disponível para venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

### 4.13 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial sendo deduzidas pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.13 Ativos intangíveis -- Continuação

Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida, que é 10 anos.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

### 4.14 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir da data do balanço, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como “não circulantes”.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o correspondente pronunciamento contábil.

### 4.15 Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 5 e 20 anos.

#### A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro, que transferem para a Companhia e suas subsidiárias substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa do exercício.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia e suas subsidiárias obterão a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor, considera-se também as capitalizações de melhorias e reformas efetuadas nas lojas.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.15 Arrendamento mercantil -- Continuação

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

Os alugueis contingentes são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

#### A Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

### 4.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas subsidiárias têm a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia e suas subsidiárias têm como política o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

### 4.17 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

### 4.18 Receitas a apropriar

As receitas antecipadas são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias junto aos parceiros comerciais.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.19 Patrimônio líquido

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

No caso de aquisição de ações da própria Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, e permanecem registradas como ações em tesouraria até que as ações sejam canceladas ou realocadas no mercado. Quando essas ações são posteriormente realocadas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia.

### 4.20 Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores da Companhia e suas subsidiárias) podem receber pagamento baseado em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

#### *Operações liquidadas com ações*

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou receita referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completarão o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.20 Pagamento baseado em ações -- Continuação

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (vide nota explicativa nº31).

### 4.21 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício e as ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- *numerador*: lucro do exercício ajustado pelos efeitos dilutivos de opções concedidas por subsidiárias; e
- *denominador*: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia e de suas subsidiárias somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

### 4.22 Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia e suas subsidiárias receberão benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia e suas subsidiárias avaliam seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia e suas subsidiárias concluíram que atuam na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, salvo os que se referem a intermediação de vendas de garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros. Nesse caso especificamente, a Companhia e suas subsidiárias atuam como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

#### (i) *Receita*

##### a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo e quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

##### b) Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia e suas subsidiárias como estipulantes nas apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluam para a Companhia e suas subsidiárias, bem como seus valores possam ser confiavelmente mensurados.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.22 Apuração do lucro líquido – Continuação

#### (i) *Receita* -- Continuação

##### c) Receita de serviços financeiros

Como a atividade de financiamento ao consumidor faz parte e torna-se fundamental para a condução dos negócios da Companhia e suas subsidiárias, para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo. A receita de juros é incluída na rubrica de serviços financeiros, compondo o lucro bruto, na demonstração do resultado.

##### d) Receita de juros

Registra-se uma receita de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

##### e) Receita de permuta

As receitas são reconhecidas: (i) no momento de conclusão da permuta dos terrenos de propriedade do GPA M&P pelo valor justo da contraprestação recebida na data da permuta; (ii) pela entrega das unidades vendidas pelo GPA M&P. O custo das unidades vendidas compreende o valor justo da permuta inicialmente reconhecida.

##### f) Devoluções e cancelamentos

As devoluções e cancelamentos são reconhecidos quando a venda é incorrida, as estimativas são baseadas nos volumes de vendas e histórico de devoluções em cada segmento de negócio. A receita é contabilizada líquida das devoluções e cancelamentos.

#### (ii) *Custo das mercadorias vendidas*

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados com os mesmos.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas subsidiárias, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.22 Apuração do lucro líquido – Continuação

#### (iii) *Despesas com vendas*

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc.

Os gastos com *marketing* se referem a campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de bonificação reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização, líquidos dos valores recebidos de fornecedores, em cooperação.

#### (iv) *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e atividades financeiras.

#### (v) *Outras despesas operacionais líquidas*

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado.

#### (vi) *Resultado financeiro*

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

### 4.23 Tributação

#### *Imposto de renda e contribuição social correntes*

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao exercício atual e a exercícios anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.



# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.23 Tributação -- Continuação

#### *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferidos ativo referente à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.23 Tributação -- Continuação

#### *Outros impostos*

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), e são apresentados líquidos da receita de vendas.

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal – nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

### 4.24 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado ou como uma alteração nos outros resultados abrangentes.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.24 Combinações de negócios e ágio -- Continuação

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades.

Em casos nos quais o ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da unidade geradora de caixa que foi mantida.

### 4.25 Contabilização de participações societárias a custo, decorrentes de reestruturações societárias e efetuadas com partes relacionadas

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre empresas sobre controle comum. Estas transações não se qualificam como combinação de negócios nos termos do CPC 15/ IFRS 3.

### 4.26 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade determina sua moeda funcional e todas suas transações financeiras são mensuradas naquela moeda.

As demonstrações financeiras das subsidiárias que usam uma moeda funcional diferente da controladora são traduzidas para reais, na data do balanço, de acordo com o seguinte critério:

- Ativos e passivos, incluindo ágio e ajustes de valor de mercado, são traduzidos em reais à taxa de câmbio da data do balanço;
- Demonstração do resultado e demonstração dos fluxos de caixa são traduzidas em Reais utilizando a taxa média do período, exceto se variações significativas ocorreram, quando então é utilizada a taxa da data da transação;
- Contas de patrimônio líquido são mantidas ao saldo histórico em reais e a variação é registrada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial como outros resultados abrangentes.

As diferenças de variações cambiais são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido. Quando uma operação estrangeira é vendida, o valor acumulado de ajuste de variação cambial no patrimônio líquido é lançado para o resultado do exercício.

Efeitos da conversão do investimento em uma operação estrangeira são reconhecidos em componentes separados do patrimônio líquido e reclassificados ao resultado quando da baixa do investimento.

Transações em moedas estrangeiras (ou seja, transações em moeda diferente da moeda funcional da entidade) são traduzidas em reais usando a taxa de conversão na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos a taxa de fechamento e a variação cambial resultante é registrada no resultado financeiro. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos à taxa da transação.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.27 Plano de pensão

O plano de pensão, custeado por meio de pagamentos a seguradoras, é classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual uma entidade paga contribuições fixas para uma pessoa jurídica distinta. A Companhia e suas subsidiárias não têm qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais em relação ao saldo dos ativos do plano.

O plano de benefício definido é oferecido somente aos colaboradores das investidas do GPA sediadas na França, uma vez que seus empregados são elegíveis a uma compensação a ser paga na aposentadoria. A obrigação das entidades francesas é medida usando o método do crédito unitário projetado baseado nas provisões do plano existente. De acordo com este método, cada período de serviço dá direito a uma unidade de benefício e cada unidade é medida separadamente para medir a obrigação final. A obrigação final é então descontada a valor presente. A obrigação é avaliada por atuários independentes, no mínimo, anualmente. As premissas consideradas incluem: taxa esperada de aumento futuro do salário, estimativa média de tempo de trabalho dos empregados, expectativa de vida e giro médio dos empregados.

Ganhos e perdas atuariais surgem dos efeitos de mudanças em premissas atuariais e histórico dos ajustes (diferenças entre resultados baseados entre premissas atuárias anteriores e dados históricos). Todos ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido.

O custo do serviço passado relacionado ao aumento em uma obrigação seguindo a introdução de um novo plano de benefícios, ou modificação de um plano existente, é reconhecido no resultado do período.

Despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidas em despesas operacionais (custo de serviço) ou outras receitas ou despesas financeiras (líquidos dos ativos e das obrigações do plano).

Contingenciamento, liquidação e custo do serviço passado são reconhecidos em despesas operacionais ou outras despesas e receitas financeiras dependendo de sua natureza. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é medido pelo valor presente da obrigação.

### 4.28 Programas de fidelidade de cliente

São utilizados pela Companhia e por suas subsidiárias para fornecer incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços. Se o cliente compra produtos ou serviços, a Companhia e suas subsidiárias concedem créditos aos mesmos. O cliente pode resgatar os créditos sem custo, na forma de desconto no valor dos produtos ou serviços, em compras subsequentes.

A Companhia e suas subsidiárias estimam o valor justo dos pontos concedidos segundo o plano de fidelidade “Programa Mais”, aplicando técnicas estatísticas, considerando o prazo de vencimentos dos pontos de dois anos conforme definido no regulamento, os percentuais de conversão de pontos em descontos, e o custo de conversão dos pontos que se inicia pela conversão de 3.000 pontos por R\$20,00 (Vinte reais) em produtos.

A Companhia e suas subsidiárias reconhecem os pontos inicialmente concedidos e a reversão de pontos expirados na receita líquida.

## **Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **4. Principais políticas contábeis – Continuação**

#### **4.29 Demonstração do valor adicionado**

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas subsidiárias, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, às outras receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes

5.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2014, o GPA aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2014. As principais alterações da Companhia são:

Pronunciamento	Descrição	Impacto
Alterações às IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) - Entidades de Investimento	As alterações definem uma entidade de investimento e requer que uma entidade que atenda à definição de Entidade de Investimento não consolide suas subsidiárias, mas sim avalie as suas subsidiárias pelo seu valor justo com reflexo no resultado do exercício em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.	Como a Companhia não é uma entidade de investimento (utilizando os critérios definidos pela IFRS 10/CPC 36 (R3) a partir de janeiro de 2014), a aplicação dos ajustes não trouxe impactos nas divulgações ou nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Alterações ao IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos	As alterações do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. Especificamente, a emenda clarifica o significado de “direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido” e “realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente”.	A Companhia avaliou se certos ativos financeiros e passivos financeiros se qualificam para a compensação baseando-se pelos critérios das alterações da norma e concluiu não existirem impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Alterações ao IAS 36/CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros	As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa.	A aplicação dessas alterações não teve impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Alterações à IAS 39 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge	As alterações ao IAS 39/CPC 38 retiram a obrigatoriedade de descontinuar a contabilidade de hedge quando um derivativo designado como instrumento de hedge é renovado sob determinadas circunstâncias.	Como a Companhia não possui nenhum derivativo que tenha sido submetido a novação, a aplicação dessas alterações não apresentaram impactos nas divulgações ou nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
IFRIC 21 - Tributos	O IFRIC 21 endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo. A interpretação define tributos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo, conforme definido na legislação.	A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

## **Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes -- Continuação**

#### **5.2 Norma revisada já emitida e adotada antecipadamente**

Em 12 de agosto de 2014, o IASB publicou alterações no IAS27, incluindo o método de equivalência patrimonial como umas das opções contábeis para avaliação de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas nas demonstrações financeiras separadas. Essas alterações serão efetivas para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada.

Em dezembro de 2014, o CPC editou e emitiu documento de que altera os Pronunciamentos Técnicos CPC 18, CPC 35 e CPC 37, incorporando no Brasil as alterações introduzidas pelo IASB no IAS27, o qual foi aprovado pela CVM por meio da Deliberação nº 733/14, para demonstrações financeiras elaboradas a partir de dezembro de 2014.

A Companhia adotou este pronunciamento, embora não haja efeitos práticos, uma vez que para a elaboração das demonstrações financeiras individuais já adotava o método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Como esta alteração, ficou eliminada a diferença entre os CPCs e IFRSs em relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas nas demonstrações financeiras individuais.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes -- Continuação

### 5.3 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Melhorias anuais aos IFRSs: Ciclo 2010-2012	Mudanças ao IFRS 2 – Definições de condições de <i>vesting</i> , mercado e performance, IFRS 3 – Descreve mudanças na medição de considerações contingentes, IFRS 8 – Requer divulgações do julgamento da administração na aplicação do conceito de agregação, IFRS 13 – mensuração de valores a receber e a pagar de curto prazo, IAS 16 e IAS 38 – reavaliação de ativos e IAS 24 – Divulgação de entidades prestando serviços de gerenciamento.	01/07/2014
Melhorias anuais aos IFRSs: Ciclo 2012-2014	Mudanças ao IFRS 5 – Situações de mantido para venda ou distribuição, IFRS 7 – Clarificação se um contrato de serviço representa envolvimento contínuo em um ativo transferido, IAS 9 – Considerações sobre a taxa de desconto do benefício pós emprego e IAS 34.	01/01/2016
Modificações à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou joint venture	Requer reconhecimento no resultado nas demonstrações financeiras do investidor da venda ou contribuição que constitua um negócio (IFRS 3), e reconhecimento parcial no resultado na extensão que não constitui um negócio.	01/01/2016
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Diversas mudanças na classificação e mensuração, mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de hedge.	01/01/2018
IFRS 15 – Receita de contrato com clientes	Implementa um modelo baseado em princípios, um guia definido é dado em relação a quando a receita deve ser reconhecida. Introduce também novas divulgações.	01/01/2017
Modificações ao IAS 16 e IAS 38 – Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização	Clarifica que o uso de depreciação e amortização pela curva da receita é inapropriado.	01/01/2016
Modificações à IFRS 11 – Contabilização da aquisição de participação em participações conjuntas	Requer de um adquirente de operação conjunta cuja operação constitua um negócio (IFRS 3) a aplicar todo o conceito de combinação de negócios, exceto pelos conceitos em conflito com IFRS 11.	01/01/2016
Melhorias anuais aos IFRSs: Ciclo 2011-2013	Mudanças ao IFRS 1 – Define as versões do IFRS que podem ser usados na adoção inicial, IFRS 3 – Clarifica que estão excluídas do escopo a formação de acordo conjunto; IFRS 13 – Clarifica a exceção do parágrafo 52, IAS 40 – Clarifica a inter-relação do IFRS 3 e IAS 40 em certos casos.	01/07/2014
Modificações ao IAS 19 – Plano de Benefício Definidos	Clarifica como contribuições devem ser mostradas como redução do custo de serviço.	01/07/2014

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos acima e até presente data não foram identificados efeitos significativos.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

### 6.1 *Compromissos de arrendamento mercantil financeiro – a Companhia como arrendatária*

A Companhia e suas subsidiárias celebraram contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e das condições dos contratos, que retém a totalidade dos riscos e das recompensas significativos da propriedade desses imóveis e contabilizou os contratos como arrendamento mercantil financeiro.

### 6.2 *Redução ao valor recuperável - “impairment”*

Conforme método divulgado na nota 4.1), a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de provisão.

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às Unidades Geradoras de Caixa - UGC (lojas). Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das UGCs com um múltiplo de venda (15% a 30%), representativo de transações entre empresas de varejo. Para as UGCs com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2;
- Passo 2: Preparamos fluxo de caixa descontado da UGC, utilizando crescimento de Vendas entre 5,9% e 7,5% (6,6% e 6,7% em 31 de dezembro de 2013) para os próximos 5 anos. A taxa de desconto utilizada foi 11,37% (10,8% em 31 de dezembro de 2013).

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de combinações de negócios e licenças com vidas indefinidas foi alocado a quatro unidades geradoras de caixa, que também são segmentos operacionais que divulgam informações, sendo Varejo, Eletro, Atacado de Autosserviços e Comércio Eletrônico.

O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para os próximos três anos. A taxa de desconto antes dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 11,37% (10,8% em 31 de dezembro de 2013), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,7% (6,5% em 31 de dezembro de 2013). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

A marca do atacado de Autosserviço refere-se a “ASSAÍ”, e as marcas do eletro referem-se a “PONTO FRIO” e “CASAS BAHIA”. Essas marcas foram registradas por ocasião das combinações de negócio efetuadas com as empresas que detinham o direito sobre elas.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas – Continuação

### 6.2 Redução ao valor recuperável - "impairment" -- continuação

O valor foi submetido a teste de recuperação de ativos através da metodologia de *Income approach - Relief from Royalty*, que consiste na determinação do valor de um ativo mensurando o valor presente dos benefícios futuros. Dado a vida útil indefinida da marca, consideramos na elaboração do fluxo de caixa descontado um crescimento perpetuo de 6,7% ( 6,5% em 31 de dezembro de 2013). A taxa de royalty utilizada foi 0,4% para marca "ASSAÍ", 0,8% para o "PONTO FRIO" e 0,9% para "CASAS BAHIA".

### 6.3 Impostos sobre a renda

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os créditos tributários possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais da Companhia e de suas subsidiárias resultam em um benefício fiscal de R\$354 em 31 de dezembro de 2014 (R\$794 em 31 de dezembro de 2013). Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização conforme definido em lei é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

A nota explicativa nº 21 fornece outros detalhes sobre impostos.

### 6.4 Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 38 (IAS 39), que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

### 6.4 Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros -- continuação

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, ele é determinado usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídas do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos *inputs* tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

### 6.5 Pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento baseado em ações estão evidenciados na nota explicativa nº 26.6.

### 6.6 Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 23), sendo que as provisões para demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

### 6.7 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A subsidiária Via Varejo possui saldos a receber de vendas efetuadas por meio de carnês, cuja estimativa de perda sobre esta carteira é efetuada de acordo com um percentual esperado, que é obtido através da observação do comportamento das carteiras nos últimos meses e atualizado a cada fechamento contábil.

### 6.8 Impostos a recuperar

A Companhia e suas subsidiárias possuem saldos de impostos a recuperar principalmente relacionados a ICMS, ICMS de Substituição Tributária – ST, PIS e Cofins. A realização destes impostos é efetuada tendo-se como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo. Vide nota explicativa nº 11 para maiores detalhes dos créditos e sua compensação.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	131	115	1.388	343
<u>Aplicações financeiras:</u>				
Itaú BBA	259	528	1.400	779
Itaú - Fundo Delta	1	5	186	181
Banco do Brasil	1.243	206	2.752	1.426
Bradesco	144	825	1.438	2.051
Santander	157	323	995	996
CEF	69	99	992	732
Votorantim	275	101	593	439
Safra	608	356	1.076	645
Credit Agricole	-	128	156	363
BNP	-	105	66	279
Outros (*)	36	60	107	133
	<b>2.923</b>	<b>2.851</b>	<b>11.149</b>	<b>8.367</b>

(\*) Referem-se a aplicações financeiras automáticas ao final de cada mês.

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014 são substancialmente operações compromissadas, remuneradas pela média ponderada de 101,03% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Administradoras de cartões de crédito (nota 8.1)	57	82	220	269
Tickets de vendas	75	99	169	148
Financiamento ao consumidor – CDCI (nota 8.2)	-	-	2.475	2.249
Contas a receber de clientes – Negócio Atacado	-	-	317	18
Vendas a crédito	2	2	2	3
Cartão de crédito próprio	20	14	20	14
Contas a receber de partes relacionadas (nota 12.2)	115	105	28	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 8.3)	-	(3)	(340)	(229)
Contas a receber de fornecedores	36	13	256	18
Outras contas a receber de clientes	-	-	63	26
Circulante	305	312	3.210	2.516
Financiamento ao consumidor – CDCI (nota 8.2)	-	-	115	125
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 8.3)	-	-	(10)	(10)
Não circulante	-	-	105	115
	305	312	3.315	2.631

#### 8.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia e suas subsidiárias vendem os recebíveis de cartão de crédito para bancos ou administradoras de cartões de crédito para obtenção de capital de giro, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada.

#### 8.2 Financiamento ao consumidor - CDCI - Via Varejo

Correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI) que podem ser parcelados em até 24 meses, entretanto, o prazo mais utilizado é inferior a 12 meses.

A Via Varejo mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (vide nota explicativa nº 18).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Contas a receber – Continuação

#### 8.3 Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
No início do exercício	(3)	-	(239)	(198)
Perdas/reversão registrada no exercício	-	(3)	(518)	(476)
Baixas de contas a receber	3	-	494	435
Reorganização societária (nota 13)	-	-	(82)	-
Variação cambial	-	-	(5)	-
No fim do exercício	-	(3)	(350)	(239)
Circulante	-	(3)	(340)	(229)
Não circulante	-	-	(10)	(10)

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.12.2014	3.665	3.229	141	60	39	196
31.12.2013	2.870	2.566	163	57	36	48

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Contas a receber referente à venda de ativo imobilizado	11	17	45	55
Verba cooperada com fornecedores (nota 9.2)	-	-	30	21
Adiantamento a fornecedores	-	-	11	29
Adiantamento de aluguel	14	13	14	13
Valores a receber - Audax	7	7	13	13
Valores a ressarcir	29	26	145	108
Aluguéis a receber	38	15	51	22
Contas a receber - Paes Mendonça (nota 9.1)	-	-	532	515
Contas a receber por venda de sociedades (nota 9.3)	54	-	54	49
Outras	4	1	36	32
	157	79	931	857
Circulante	75	48	295	227
Não circulante	82	31	636	630

#### 9.1 Contas a receber - Paes Mendonça

As contas a receber do Paes Mendonça referem-se a valores derivados do pagamento de passivos de terceiros pelas subsidiárias Novasoc e Sendas. Segundo disposições contratuais, essas contas a receber são atualizadas monetariamente (Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M) e garantidas por direitos de locação comercial ("Fundo de Comércio") de certas lojas atualmente operadas pela Companhia, Sé, Novasoc, Sendas e Xantocarpa. O vencimento das contas a receber está vinculado aos contratos de arrendamento, os quais foram estendidos até 10 de maio de 2015 sob as mesmas condições anteriormente pactuadas e foram mantidas no ativo não circulante devido à possibilidade de sua conversão em fundo de comércio das lojas alugadas.

#### 9.2 Verbas a receber de fornecedores

A verba cooperada a receber de fornecedores é decorrente do atendimento a volume de compras, proteção de preços, bem como parte de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade.

#### 9.3 Contas a receber por venda de sociedade

Contas a receber relacionadas ao exercício, pela contraparte, de opção para compra postos de combustíveis. O valor original era de R\$50 atualizados monetariamente desde a assinatura do acordo em 28 de maio de 2012, por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Lojas (nota 10.1)	1.510	1.425	4.089	3.597
Centrais de distribuição (nota 10.1)	987	753	4.402	2.836
Estoques de imóveis em construção (nota 10.3)	-	-	172	172
Perdas com obsolescência e quebras (nota 10.2)	(10)	(12)	(86)	(51)
	<b>2.487</b>	<b>2.166</b>	<b>8.577</b>	<b>6.554</b>
Circulante	2.487	2.166	8.405	6.382
Não circulante	-	-	172	172

#### 10.1 Bonificações nos estoques e custos de armazenagem

A Companhia e suas subsidiárias apropriam ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores e os custos das centrais de distribuição na medida em que o estoque que deu origem à bonificação ou aos custos de armazenagem se realiza.

#### 10.2 Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
No início do exercício	(12)	(8)	(51)	(53)
Adições	(8)	(11)	(86)	(65)
Baixas/reversões	10	7	58	67
Reorganização societária (nota 13)	-	-	(7)	-
No final do exercício	<b>(10)</b>	<b>(12)</b>	<b>(86)</b>	<b>(51)</b>

#### 10.3 Estoques de imóveis em construção

O valor dos estoques se refere a unidades imobiliárias em construção contabilizadas pelo seu valor justo, que foi calculado na transação de permuta de terreno por unidades imobiliárias, definido com base no valor de mercado das unidades imobiliárias recebidas, observado em transações comparáveis no mercado.

Esta transação refere-se a unidades imobiliárias dos empreendimentos Thera Faria Lima Pinheiros ("Thera"), Figue e Classic e Carpe Diem, mais uma loja construída no andar térreo do empreendimento Thera Faria Lima Pinheiros. A construção e incorporação estão sendo efetuadas pela Cyrela Polinésia Empreendimentos Imobiliários Ltda., Pitangueiras Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. e Hesa Investimentos Imobiliários Ltda. A entrega das unidades do empreendimento Thera ocorrerá no prazo de 52 meses a partir de 18 de dezembro de 2011, o empreendimento Figue ocorrerá em fevereiro de 2015 e para os empreendimentos Classic e Carpe Diem a entrega ocorrerá entre 36 e 48 meses a partir de 11 de novembro de 2012.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Circulante				
ICMS (nota 11.1)	90	98	591	769
PIS/COFINS	9	4	54	20
Imposto de renda sobre aplicação financeira	3	44	20	51
Imposto de renda e contribuição social	3	2	12	31
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	-	-	31
Imposto de valor agregado a recuperar – França	-	-	85	-
Outros	-	-	46	6
Total circulante	105	148	808	908
Não Circulante				
ICMS (nota 11.1)	319	279	1.681	1.089
PIS/COFINS	-	-	308	254
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	73	72	147	86
Total não Circulante	392	351	2.136	1.429
Total	497	499	2.944	2.337

11.1 A expectativa de realização do ICMS ocorrerá conforme indicado a seguir:

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até um ano	90	591
2016	74	574
2017	74	545
2018	69	401
2019	76	112
2020	27	50
	409	2.272

Desde o ano de 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas com vistas à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica a antecipação do recolhimento do ICMS devido em toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A instituição dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização destes produtos se findará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia e suas subsidiárias mantêm centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e suas subsidiárias e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual faz surgir para a Companhia e suas subsidiárias o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada unidade da Federação.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 11. Impostos a recuperar – Continuação

O processo de ressarcimento requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, referentes às operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação prévia pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que se dá em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo, sujeitos à substituição tributária, tem sido constantemente ampliado, também tem aumentado o crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia e por suas subsidiárias.

A Companhia e suas subsidiárias vêm realizando tais créditos com a autorização para compensação imediata com aqueles devidos em virtude de sua operação, pela obtenção de Regime Especial, e também pela obediência de outros procedimentos contidos em normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de viabilidade, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados foram preparados com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia toma créditos extemporâneos de impostos, todas as vezes que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas”. Em 2014, dentre outros créditos, houve um montante oriundo de créditos anteriormente não utilizados por empresas associadas de R\$302, na subsidiária Via Varejo, cujos elementos que sustentam o registro e sua utilização foram obtidos durante o quarto trimestre de 2014.

## 12. Partes relacionadas

### 12.1 Remuneração da Administração, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria

As despesas relativas à remuneração do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento) e Conselho Fiscal, que foram registradas na demonstração do resultado da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram as seguintes:

	Salário base		Remuneração Variável		Plano de opção de compra de ações		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Conselho de administração (*)	4	7	-	-	-	-	4	7
Diretoria	56	13	20	19	6	12	82	44
Conselho fiscal	-	1	-	-	-	-	-	1
	60	21	20	19	6	12	86	52

(\*) A remuneração dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (de Recursos Humanos e Remuneração, de Auditoria, Financeiro, de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Corporativa) está inclusa nesta linha;

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Partes relacionadas – Continuação

#### 12.2 Saldos e transações com partes relacionadas

	CONTROLADORA													
	Saldos						Transações							
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Vendas		Compras		Receitas (Despesas)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b><u>Controlador:</u></b>														
Casino (i)	-	-	-	3	2	1	19	-	-	-	-	-	(39)	(12)
Wilkes Participações (xiv)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(2)
Euris	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
<b><u>Controladas:</u></b>														
Novasoc Comercial (viii)	-	36	-	81	-	20	-	-	114	367	2	5	3	9
Sé Supermercados (viii)	52	13	-	-	3	2	1.417	1.411	352	68	4	2	9	2
Sendas Distribuidoras (viii)	60	50	182	82	39	44	-	-	383	389	259	243	43	42
E-Hub Consult. Part. E Com. S.A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Barcelona (viii)	2	3	17	105	9	3	-	431	-	-	-	-	-	-
Via Varejo (x)	-	2	-	-	2	3	299	338	-	-	-	-	(159)	(75)
PontoCred Negócios	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	(1)
Nova Pontocom (xi)	-	1	123	260	-	1	2	-	-	1	-	-	48	28
Xantocarpa (vii)	-	-	1	22	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA M&P	-	-	1	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA Logística	-	-	23	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vancouver	-	-	-	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto Duque - Salim Maluf (viii)	-	-	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto GPA - Santo André (viii)	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto GPA – Império (viii)	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto Duque – Lapa (viii)	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto GPA – Ciara (viii)	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bellamar	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-	-	-	-	-
P.A Publicidade	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-
Outros	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	115	105	358	612	76	75	1.740	2.218	849	825	265	252	(98)	(9)

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Partes relacionadas – Continuação

#### CONTROLADORA

	Saldos								Transações					
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Vendas		Compras		Receitas (Despesas)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b><u>Coligadas:</u></b>														
FIC (iv)	-	-	-	-	7	11	11	6	-	-	-	-	26	17
Dunnhumby (xv)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
<b><u>Outras Partes Relacionadas:</u></b>														
Grupo Diniz (iii) (*)	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	(15)
Globalbev Bebidas e Alimentos (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Globalfruit (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Bravo Café (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Fazenda da Toca Ltda. (xiii) (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Sykué Geração Energia (*) (vii)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Indigo Distribuidora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Administradores da Nova Pontocom (vi)	-	-	39	34	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Audax SP e RIO (ix)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14)
Instituto Grupo Pão de Açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6)	(7)
Outros	-	-	1	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo Península (ii) (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(112)
Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio (xvi) (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Assoc. Rec. Cult. Emp P.A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Subtotal	-	-	40	35	7	15	11	6	-	-	-	30	22	(130)
Total	115	105	398	647	83	90	1.751	2.224	849	825	265	282	(76)	(139)

(\*) Os saldos foram apresentados até a data do término do acordo (7 de setembro de 2013), uma vez que não são mais consideradas como partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 1.1.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Partes relacionadas – Continuação

	CONSOLIDADO													
	Saldos								Transações					
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Vendas		Compras		Receitas (Despesas)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b><u>Controlador:</u></b>														
Casino (i)	-	-	-	3	2	1	104	-	-	-	-	-	(40)	(12)
Wilkes Participações (xiv)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(2)
Euris	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
<b><u>Controladas (nota 12.3):</u></b>														
Casino France - Cash Pool	-	-	-	-	-	-	50	-	-	-	-	-	-	-
Polca Empréstimos	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	(12)	-
C'est chez vous	-	-	-	-	26	-	26	-	-	-	-	-	(22)	-
EMC	-	-	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	(37)	-
Exito	28	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	(35)	-
Big Thailandia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16)	-
Banque Casino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-
Easydis	-	-	-	-	55	-	-	-	-	-	-	-	(49)	-
<b><u>Coligadas:</u></b>														
FIC (iv)	-	-	8	-	9	13	14	9	-	-	-	-	8	15
Dunnhumby (xv)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
<b><u>Negócios em Conjunto:</u></b>														
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xii)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	438	-	-
Subtotal	28	-	8	3	92	14	235	9	-	-	-	438	(172)	-

(\*) Os saldos foram apresentados até a data do término do acordo (7 de setembro de 2013), uma vez que não são mais consideradas como partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 1.1.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Partes relacionadas – Continuação

	CONSOLIDADO													
	Saldos								Transações					
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Vendas		Compras		Receitas (Despesas)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b><u>Outras Partes Relacionadas:</u></b>							-							
Grupo Diniz (iii) (*)	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	(15)
Globalbev Bebidas e Alimentos (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Globalfruit (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Bravo Café (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Casas Bahia Comercial Ltda (v)			263	134	-	-	26	24	-	-	-	-	(264)	(224)
Fazenda da Toca Ltda. (xiv) (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Sykué Geração Energia (*) (vii)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-	(1)
Indigo Distribuidora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Administradores da Nova Pontocom (vi)	-	-	38	34	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Audax SP e RIO (ix)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20)
Instituto Grupo Pão de Açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6)	(8)
Outros	-	-	4	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo Península (ii) (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(112)
Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio (xvi) (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Viaw Consultoria Ltda (xvii)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-
Habile Segurança e Vigilância Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)
Assoc. Rec. Cult. Emp P.A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Subtotal	-	-	305	169	-	3	26	24	-	-	-	43	(271)	(385)
Total	28	-	313	172	92	17	261	33	-	-	-	481	(443)	(385)

(\*) Os saldos foram apresentados até a data do término do acordo (7 de setembro de 2013), uma vez que não são mais consideradas como partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 1.1.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Partes relacionadas – Continuação

As operações com partes relacionadas são resultado, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

- (i) *Casino*: Contrato de Assistência Técnica, assinado entre a Companhia e o Casino em 21 de julho de 2005, pelo pagamento anual de US\$2 milhões. Esse contrato foi aprovado na AGE ocorrida em 16 de agosto de 2005, rescindido em 1º de agosto de 2014.  
  
Cost Sharing Agreement, assinado entre a Companhia e o Casino em 10 de agosto de 2014, pelo reembolso de despesas incorridas pelos profissionais e empresas do Grupo Casino em benefício da Companhia. Esse contrato foi aprovado no Conselho de Administração ocorrido em 22 de julho de 2014.  
  
Global Sourcing, Custos reembolsados pela Companhia ao Casino relacionados a contratos de *Global Sourcing*, além do reembolso de parte dos custos de IPO da Cnova.
- (ii) *Fundo Península*: 60 contratos de locação de imóveis com a Companhia, 1 imóvel com a Novasoc e 1 imóvel com a Barcelona. Devido ao acordo descrito na nota explicativa nº 1.1, o Fundo Península deixou de ser considerado parte relacionada desde setembro de 2013.
- (iii) *Grupo Diniz*: locação de 15 imóveis para a Companhia e 2 imóveis para Sendas. Devido ao acordo descrito na nota explicativa nº1.1, o Grupo Diniz deixou de ser considerado parte relacionada desde setembro de 2013.
- (iv) *FIC*: (i) reembolso das despesas oriundas do contrato de infraestrutura, tais como: despesas relativas à folha de pagamento de operadores de caixa e comissões pela venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras relativas ao desconto de recebíveis (chamados "desconto financeiro"); (iii) receitas de aluguel de imóveis; e (iv) convênio de rateio de custos.
- (v) *Casa Bahia Comercial Ltda.*: a Via Varejo possui contas a receber referente ao "Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação" entre Via Varejo, GPA e CB, que garante à Via Varejo o direito de reembolso, pela CB, de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas pela Via Varejo a partir de 30 de junho de 2010 (vide xi). Adicionalmente, a CB têm contratos de aluguéis de 312 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os administradores da CB.
- (vi) *Administradores da Nova Pontocom*: em novembro de 2010, no contexto da reestruturação dos negócios de comércio eletrônico do GPA, a Companhia concedeu a determinados administradores estatutários da Nova Pontocom, um mútuo no valor de R\$10 (31 de dezembro de 2013) bem como celebrou contrato de permuta com torna no valor de R\$24 (31 de dezembro de 2013), ambos com vencimentos em 8 de janeiro de 2018.
- (vii) *Sykué Geração de Energia*: aquisição de Energia Elétrica no Mercado Livre para abastecimento de diversas unidades consumidoras da Companhia. Devido ao acordo descrito na nota explicativa nº1.1, a Sykué Geração de Energia deixou de ser considerada parte relacionada desde setembro de 2013.
- (viii) *Novasoc, Sé Supermercados, Sendas Distribuidora, Barcelona, Posto Duque Salim Maluf, Posto GPA Santo André, Posto GPA Império, Posto Duque Lapa, Posto GPA Ciara e Duque Conveniências*: compreendem os valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como tesouraria, contabilidade, jurídico e outros, bem como contratos de operação mercantil, comissão mercantil e mútuos.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Partes relacionadas – Continuação:

- (ix) *Audax*: valores de mútuo aos clubes de futebol Audax SP e Audax Rio, além do suporte financeiro na formação de atletas profissionais. GPA e terceiros assinaram no dia 14 de setembro de 2013 um acordo vinculante para ceder de forma definitiva a manutenção e gestão do AUDAX SP e do AUDAX RIO. O acordo possuía algumas condições precedentes que foram satisfeitas e os contratos definitivos foram assinados em novembro de 2013. O saldo remanescente foi reclassificado para a conta "Outras contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº9.
- (x) *Via Varejo*: a entidade possui um saldo a pagar referente "Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação" entre Via Varejo e Casa Bahia, que garante o direito de indenização de certas demandas judiciais e reembolso de despesas reconhecidas a partir de 30 de junho de 2010 (vide v), bem como contrato de comissão mercantil.
- (xi) *Nova Pontocom*: valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como tesouraria, contabilidade, jurídico e outros e de mútuos remunerados a 105% do CDI.
- (xii) *Indústria de Móveis Bartira Ltda.*: valores decorrentes de despesas com infraestrutura e compra e venda de mercadorias.
- (xiii) *Fazenda da Toca Ltda.*: Contrato de Fornecimento de ovos orgânicos, laranja convencional, sucos orgânicos e etc. Devido ao acordo descrito na nota explicativa nº1.1, a Fazenda da Toca deixou de ser considerada parte relacionada desde setembro de 2013.
- (xiv) *Wilkes*: comissões pagas referentes aos contratos de empréstimos da Companhia em que a Wilkes é fiadora.
- (xv) *Dunnhumby*: Contrato de Prestação de Serviços de Gestão das Informações. A partir de julho de 2013 a Companhia deixou de ter participação (2%) na Dunnhumby, renegociando acordo operacional.
- (xvi) *Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio*: contrato de cessão temporária de equipamentos. Devido ao acordo descrito na nota explicativa nº1.1, o Pão de Açúcar S.A Indústria e Comércio deixou de ser considerado parte relacionada desde setembro de 2013.
- (xvii) *Viaw Consultoria Ltda.*: A Companhia contratou a Viaw, empresa habilitada em prestação de serviços de consultoria empresarial e na área de tecnologia. Os sócios da empresa contratada são membros da Administração da Companhia.



# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Partes relacionadas – Continuação

### 12.3 Saldos com empresas do Grupo Casino:

As empresas que passaram a ser consolidadas em 31 de julho de 2014 compondo o negócio de comércio eletrônico da Cdiscount possuem saldos de partes relacionadas com outras empresas do Grupo Casino no montante de R\$493 a pagar e R\$273 a receber, composto principalmente de:

- (i) Casino: A Cdiscount tem empréstimos a pagar de R\$78 com Casino Guichard Perrachon, R\$7 a pagar a Big C-Thailandia e R\$8 a outras entidades do Grupo Casino, além de R\$6 a receber também de empréstimos a entidades do Grupo Casino;
- (ii) Polca: Entidade do Grupo Casino que possui um acordo de centralização de caixa com as entidades do Grupo Cdiscount. Este saldo é remunerado pela taxa EONIA (Euro OverNight Index Average), além de 0.25% anuais sobre o saldo de caixa remanescente seja em favor de Polca ou Cdiscount. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2014 era de R\$220 e a receber de R\$210;

A Cdiscount possui no seu saldo de contas a pagar o montante de R\$180 relacionado a transações com entidades do Grupo Casino não consolidadas no GPA como: Easydis – Empresa de Logística do Grupo R\$55, Distribution Casino France - Compra de Produtos R\$63, Cchez Vous - Entrega a domicilio R\$26, EMC - Centralização de Compras R\$15, Êxito – Compra de produtos R\$6 e outros R\$15.

Adicionalmente, A Cdiscount possui no seu saldo de contas a receber o montante de R\$57 relacionado a transações com entidades do Grupo Casino não consolidadas no GPA como: Êxito – Venda de Produtos – R\$30, Distribution Casino France - Venda de Produtos R\$13, IRTS – Negociação centralizada com fornecedores - R\$7 e Outros – R\$7.

As despesas com partes relacionadas incorridas na Cdiscount montam R\$178, e se referem a: compras de produtos centralizadas com EMC - R\$37; compra de produtos de logística com EasyDis - R\$49; fretes com Cchez Vous - R\$22; outros R\$12; despesas bancárias BGC – R\$6; compra de produtos com Exito Colombia – R\$35 e; compra de produtos com Big C Thailandia – R\$16;

As receitas incorridas na Cdiscount com partes relacionadas montam R\$45, e se referem a: serviços de TI prestados a outras empresas do Grupo R\$1; vendas de produtos para Distribution Casino France R\$10; custos reembolsados Banque Groupe Casino S.A. R\$24 e; outros de R\$10.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Investimentos

#### 13.1 Composição dos investimentos

	Controladora											Total
	Sé	Sendas	Novasoc	Via Varejo(**)	Nova Pontocom(**)	NCB (*)	Barcelona	Bellamar	GPA M&P	API SPE	Outros	
<b>Saldos em 31.12.2012</b>	2.778	357	92	1.549	32	821	699	200	155	16	39	6.738
Adições	-	1.100	-	-	-	-	-	-	-	-	58	1.158
Equivalência patrimonial	7	94	36	396	(11)	8	84	33	(1)	-	9	655
Dividendos a receber	-	-	-	(205)	-	-	(41)	-	-	-	-	(246)
Ganho/ (perda) participação acionária	-	-	(1)	(180)	5	(354)	(1)	-	-	-	-	(531)
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	2.785	1.551	127	1.560	26	475	741	233	154	16	106	7.774
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	26	-	7	33
Equivalência patrimonial	21	177	10	407	(33)	32	81	79	(2)	-	3	775
Dividendos a receber	-	-	-	(96)	-	-	(150)	(26)	-	-	-	(272)
Remuneração baseada em ações	-	-	1	5	3	-	2	-	-	-	1	12
Ganho/ (perda) participação acionária	-	(19)	3	-	-	-	16	-	-	-	-	-
Empresas incorporadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16)	(94)	(110)
Transação de não controladores	-	-	3	14	162	-	-	-	-	-	-	179
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	2.806	1.709	144	1.890	158	507	690	286	178	-	23	8.391

(\*) No caso da NCB, o valor de investimento refere-se aos efeitos das mensurações a valor justo da combinação de negócios. Para a Via Varejo, os efeitos a valor justo foram considerados em conjunto com o investimento contábil devido nesta subsidiária.

(\*\*) Efeitos nesta coluna incluem a compra de participação adicional na subsidiária Nova Pontocom (0,22%) e reorganização societária envolvendo as operações de e-commerce nas notas 13 (iii) e 26.9.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Investimentos – Continuação

#### 13.1 Composição dos investimentos – Continuação

	Consolidado			
	FIC	BINV	Outros	Total
<b>Saldos em 31.12.2012</b>	256	19	87	362
Equivalência patrimonial	47	-	-	47
Dividendos	(13)	-	-	(13)
Reorganização societária (i)	-	-	(87)	(87)
Outros	-	-	1	1
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	290	19	1	310
Equivalência patrimonial	109	2	(3)	108
Reorganização societária	-	-	9	9
Dividendos	(26)	-	-	(26)
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	373	21	7	401

(i) Mais-valia de investimento mantido na Bartira

Refere-se à mensuração do valor justo do investimento atualmente detido pela Via Varejo de 25% do capital social da Bartira. Sua mensuração foi realizada pelo método de “*Income Approach*”, considerando o valor presente dos benefícios futuros gerados direta ou indiretamente avaliado e quantificado na forma de fluxo de caixa. O ativo foi reconhecido por ocasião da combinação de negócios entre CB e a Companhia.

Com a aquisição da controlada Bartira, este valor foi reclassificado para o ágio, e foi efetuada nova mensuração da participação, anteriormente detida de 25%, também contra ágio, auferindo um ganho de R\$71 conforme nota explicativa nº14.

(ii) Oferta pública de ações – Via Varejo

Em 27 de dezembro de 2013 foi encerrada a Oferta Pública Secundária de Certificados de Depósitos de Ações, Units (cada Unit é composta por uma ação ordinária e duas ações preferenciais), da Via Varejo. Considerado o lote suplementar, foi distribuído um total de 123.697 (cento e vinte e três milhões, seiscentos e noventa e seis mil, novecentos e oitenta e quatro) Units, perfazendo R\$2.845.

A Companhia alienou um total de 38.991.441 (trinta e oito milhões, novecentas e noventa e um mil, quatrocentas e quarenta e uma) Units, pelo valor de R\$897, de forma que sua participação em Via Varejo foi reduzida para 62,25% das ações ordinárias e 43,35% do capital total. Os ingressos pela venda de participação foram contabilizados a créditos de patrimônio líquido, por se tratar de uma transação com não controladores, sendo vendida parte da participação da Companhia e mantido o controle da Via Varejo. O efeito do imposto sobre a renda sobre o ganho de capital, custos de transação e baixa dos investimentos relacionados, também foi registrado no patrimônio líquido. O efeito líquido no patrimônio líquido decorrente desta transação foi de R\$200.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Investimentos – Continuação

#### 13.1 Composição dos investimentos – Continuação

##### (ii) Oferta pública de ações – Via Varejo-- Continuação

Ainda, nos termos das Cláusulas 4.1.3 e 10.1.4.2 do Acordo de Acionistas, foi verificada a Pulverização Mínima Suficiente, assim considerada cumulativamente, o preenchimento das seguintes condições: (i) o Grupo CB (representado pelos Srs. Samuel Klein, Michael Klein, Eva Lea Klein, e empresas veículo) alienou mais do que 23,64% das ações de sua propriedade representativas do capital social da Via Varejo; e (ii) o total de ações em circulação da Via Varejo alcançou patamar superior a 20% do capital total. Na presente data, o Grupo CB possui 27,31% das ações representativas do capital da Via Varejo e o *free float* da Via Varejo alcançou 29,34% do capital total.

Consequentemente, o Grupo CB perdeu alguns direitos, tais como: (i) a permanência de Michael Klein como Presidente do Conselho de Administração da Via Varejo; (ii) a anuência do Grupo CB em reunião prévia para manifestação de voto da Via Varejo em Assembleias Gerais de sua coligada Nova Pontocom ou pelos membros do Conselho de Administração da Nova Pontocom, indicados pela Via Varejo, com relação a determinadas matérias; (iii) o Direito de Migração; (iv) a Opção de Compra do GPA; e (v) a Opção de Compra do Grupo CB. Além disso, nos termos da Cláusula 4.1.2 do Acordo de Acionistas, com a redução de sua participação, o Grupo CB passa a indicar somente 2 membros do Conselho de Administração da Via Varejo.

Os custos da transação, no total de R\$89, líquido de imposto de renda, foram integralmente assumidos pela Via Varejo, conforme termos do Acordo de Acionistas, e registrados diretamente ao Patrimônio Líquido.

##### (iii) Operação de e-commerce – contabilização de participações societárias a custo

Em 4 de junho de 2014, os Conselhos de Administração da Companhia e de Via Varejo aprovaram o projeto de associação dos negócios de comércio eletrônico desenvolvido pela Nova Pontocom, com os negócios de comércio eletrônico do controlador Casino, por meio da Cdiscount S.A. e suas afiliadas (Cdiscount).

Os Comitês Especiais constituídos para este fim apresentaram recomendação favorável à implementação da operação considerando os seguintes elementos: (a) os interesses comerciais das companhias na atividade de comércio eletrônico serão preservados; e (b) o potencial para criação de valor para as companhias e seus acionistas por meio da integração das atividades de comércio eletrônico atualmente desenvolvidas por Nova Pontocom e Cdiscount em uma nova companhia denominada Cnova N.V. ("Cnova"), criada de acordo com as leis da Holanda.

Com base nas opiniões emitidas por assessores financeiros, a relação de troca proposta para a contribuição dos negócios de comércio eletrônico de Nova Pontocom e Cdiscount em Cnova, na proporção de 53,5% (Companhia e Via Varejo) e de 46,5% (Cdiscount).

Dessa forma, em 24 de julho de 2014, foi concluída a reorganização societária ao nível de Cnova na Holanda, através da qual, a subsidiária Nova Pontocom entregou 46,5% do patrimônio líquido dos ativos operacionais de Cnova Comércio Eletrônico, em troca de 53,5% de participação nas entidades do Grupo Cdiscount.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Investimentos – Continuação

#### 13.1 Composição dos investimentos – Continuação

(iii) Operação de e-commerce – contabilização de participações societárias a custo -- Continuação

As entidades operacionais com operações importantes que a Companhia passou a consolidar como resultado desta transação são:

- Cdiscount S.A.S;
- Financiere MSR;
- E-trend;
- Cdiscount Colombia;
- Cdiscount Thailand;
- Cdiscount Afrique;
- Cdiscount Voyages;

As trocas de participações societárias permaneceram registradas com base no custo histórico, pelo fato da Administração entender que esta transação não está no escopo do CPC15/IFRS 3 (R) - Combinação de Negócios, por envolver entidades sobre controle comum. A data da primeira consolidação das entidades cujo controle foi obtido pela Companhia é de 31 de julho de 2014.

Os efeitos contabilizados no patrimônio líquido da controladora em 31 de julho de 2014 como resultado da transação se compõem da seguinte forma:

	31.07.2014
Valor do investimento em Cnova entregue	(23)
Valor do investimento recebido	16
<b>Valor do efeito no patrimônio líquido de Nova Pontocom</b>	<b>(7)</b>
<b>Valor do efeito no patrimônio líquido da Controladora</b>	<b>(5)</b>

Os principais ativos e passivos consolidados inicialmente em 31 de julho de 2014 se compõem como segue:

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Investimentos – Continuação

#### 13.1 Composição dos investimentos – Continuação

(iii) Operação de e-commerce – contabilização de participações societárias a custo -- Continuação

	<b>Cdiscount</b>
Ativo	<b>31.07.2014</b>
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	204
Contas a receber	272
Impostos a recuperar	92
Estoques	510
Outros ativos circulantes	16
Total do ativo circulante	<b>1.094</b>
Não circulante	
Impostos de renda e contribuição social diferidos	41
Outros ativos não circulantes	5
Investimentos	9
Imobilizado	30
Intangíveis	447
Total do ativo não circulante	<b>532</b>
Total do ativo	<b>1.626</b>
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	1.097
Impostos e contribuições a recolher	78
Partes relacionadas	312
Outras contas a pagar	78
Total do passivo circulante	<b>1.565</b>
Não circulante	
Plano de pensão	5
Provisões diversas	9
Outras contas a pagar	8
Total do passivo não circulante	<b>22</b>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	30
Participação de acionistas não controladores	9
Total do patrimônio líquido	<b>39</b>
Total do passivo e patrimônio líquido	<b>1.626</b>

Demais condições desta transação, tais como preservação de direitos, condições adicionais e deliberações da Administração foram publicadas em fato relevante divulgado ao mercado em 24 de julho de 2014.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Investimentos – Continuação

#### 13.1 Composição dos investimentos – Continuação

##### (iv) Oferta pública de ações e-commerce

Em novembro e dezembro de 2014, a Cnova N.V., com sede na Holanda, concluiu a oferta inicial de ações - IPO e oferta complementar de ações, de forma de que a participação da Companhia em Cnova N.V. de maneira direta e indireta foi reduzida de 38,22% para 35,73%. Os ingressos pela venda de participação foram contabilizados contra patrimônio líquido, por se tratar de uma transação com não controladores, deduzido dos efeitos de imposto sobre a renda, custos de transação e outros efeitos. O efeito líquido no patrimônio líquido decorrente desta transação foi de R\$411, dividindo-se R\$132 na controladora e R\$279 de não controladores. A Companhia emitiu 29.182.894 novas ações. Apesar da Companhia possuir participação direta e indireta de 35,73% em Cnova N.V., o controle sobre esta subsidiária é exercido através da controlada Nova Pontocom que possui 49,96% de participação e mais de 50% do capital votante de Cnova N.V.

##### (v) Reorganização societária e de dívida Nova Pontocom

A subsidiária Nova Pontocom, *holding* que detinha 100% das ações da empresa Marneylectro S.A.R.L., controladora indireta da empresa Cnova N.V., pagou parte de sua dívida contra as empresas CBD e Via Varejo com a entrega de ações de sua investida Marneylectro S.A.R.L. valorizadas a mercado. Como esta transação foi efetuada entre entidades sobre controle comum, todos os efeitos relacionados foram registrados diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014, dividindo-se R\$53 na controladora e R\$14 de não controladores.

##### (vi) Reorganização societária de C-Asia

Em 17 de novembro de 2014, Casino transferiu 30% de sua participação indireta em C-Distribution Asia Pte. Ltd ("C-Asia"), que controla as subsidiárias de Cnova operando na Tailândia e Vietnã, por um montante de R\$52. Esta transação resultou no fato de que a Cnova N.V. obteve controle indireto com participação de 60% em C-Asia.

Como esta transação ocorreu entre entidades sobre controle comum, Cnova aplicou a contabilização de participação societária a custo. Desta maneira, não foi reconhecido ganho em relação aos 30% anteriormente detidos e a diferença entre a consideração paga e o acervo líquido contábil dos 30% transferidos foi registrado no patrimônio líquido da controladora e dos não controladores, nos montantes de R\$43 e R\$6, respectivamente.

Caixa e equivalentes de caixa na data de aquisição representaram R\$18.

##### (vii) Alienação de controlada - CBCC

Em 30 de dezembro de 2014, a subsidiária Via Varejo alienou a totalidade de sua participação no capital da CBCC para a Atento Brasil S.A.. Após o atendimento de todas as condições precedentes contidas no contrato de compra e venda, a Via Varejo recebeu o valor de R\$20 e obteve um ganho de R\$16 que foi reconhecido na demonstração do resultado do exercício na linha de outras receitas e despesas operacionais. Dessa forma, os saldos patrimoniais da CBCC foram eliminados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Combinação de negócios

#### 14.1 Aquisição de Bartira

Até 31 de outubro de 2013, Via Varejo e a Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") eram sócias em Bartira, com participações de 25% e 75%, respectivamente. Desde a associação entre a Companhia e CB (1º de novembro de 2010), a Companhia detinha uma opção de compra dos 75% remanescentes, com janela de exercício entre 3 e 6 anos da associação.

Esta opção era calculada usando-se o método *Black & Scholes*, usando volatilidade de 28% e taxa livre de risco de 5,8% a.a., resultando em valor justo no a data do exercício de R\$314 (R\$307 em 31 de dezembro de 2012). Até a data de exercício esta opção era registrada como instrumento financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de outubro de 2013 a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou o exercício da opção de compra da participação remanescente em Bartira ("Opção de Compra") pela controlada Via Varejo, seguido pelo envio de notificação do exercício a CB em 1 de novembro de 2013. A transferência das quotas do capital social de Bartira foi realizada em 2 de dezembro de 2013. O preço pago de exercício da opção de compra em 1 de novembro de 2013 foi de R\$212. Após a transação, a controlada Via Varejo detém a totalidade do capital social de Bartira.

A partir da data de notificação a CB, Via Varejo passou a deter direitos substantivos sobre Bartira, sendo 1 de novembro de 2013 definida com a data da combinação de negócios.

Imediatamente anterior à data da combinação de negócios, a controlada Via Varejo detinha 25% de participação em Bartira. O valor justo da participação detida foi mensurado ao seu valor justo na data de aquisição, conforme definido no IFRS 3 (R), CPC 15 (R1), o valor justo da participação foi mensurado através do método do fluxo de caixa descontado, e totalizou R\$176. O valor justo da remensuração do investimento anteriormente detido comparado ao valor contábil do investimento resultou em um ganho no valor de R\$71, apresentado, em 2013, na rubrica "Outras despesas e receitas operacionais".

Dessa forma, a contraprestação transferida para a consecução da combinação de negócios é determinada por (i) o preço de exercício da opção de compra no valor de R\$212; (ii) o valor justo da opção de compra detida pela Companhia imediatamente anterior à combinação de negócios no valor de R\$314; e (iii) a remensuração à valor justo do investimento anteriormente detido no valor de R\$176.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de Bartira, na data da combinação de negócios, são os seguintes:



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Combinação de negócios – Continuação

#### 14.1 Aquisição de Bartira - Continuação

	01/11/2013	01/11/2014
<b>Ativo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Estoques	51	46
Imposto de renda diferido	4	-
Outros	40	38
Imobilizado	139	139
Intangível	82	82
<b>Ativos adquiridos</b>	<b>317</b>	<b>306</b>
<b>Passivo</b>		
Empréstimos e financiamentos	(19)	(19)
Materiais e serviços	(62)	(62)
Provisão para contingências	(119)	(118)
Imposto de renda diferido	-	(12)
Outros	(18)	(20)
<b>Passivos assumidos</b>	<b>(218)</b>	<b>(231)</b>
<b>Ativos líquidos identificáveis</b>	<b>99</b>	<b>75</b>
Contraprestação transferida	212	212
Valor justo da opção de compra detida	314	314
Valor justo da participação anteriormente detida	176	176
<b>Ágio gerado na aquisição</b>	<b>603</b>	<b>627</b>

Os principais Intangíveis identificados na combinação de negócios de Bartira se referem a:

- Marcas - R\$46 – Relacionado à marca “BARTIRA,” que foi calculada utilizando-se do método de “royalties”, cujo prazo de vida útil é indefinido.
- Relacionamento contratual (Aluguel em condições vantajosas) - R\$36 milhões – relacionado a condições vantajosas quando comparadas ao Mercado no aluguel da propriedade utilizada como planta fabril para Bartira. Este ativo será amortizado pelo prazo remanescente do contrato de 7 anos.

O ágio apurado na aquisição do controle da Bartira é sustentado pelo caráter estratégico de garantir um fornecimento contínuo de importante fornecedor. Adicionalmente, a aquisição também habilitou a Via Varejo a (i) Integrar verticalmente sua operação de varejo de móveis, (ii) Se beneficiar da estrutura de baixo custo da Bartira dada a sua escala como uma das maiores fábricas da América Latina em termos de volume de produção, e (iii) Manter as eficiências operacionais e sinergias (incluindo logísticas, vendas e custos administrativos) desenvolvidos através do desenvolvimento histórico entre a Companhia e Bartira. Os efeitos combinados destes efeitos fazem com que a Companhia tenha margem maior nos produtos vendidos nas lojas da Via Varejo.

Um último fator é que um fornecedor substituto para Bartira seria difícil de encontrar no mercado local, e afetaria negativamente a linha de móveis atualmente vendidas pela Via Varejo.

Para fins da demonstração de fluxo de caixa consolidada, o valor pago deve ser deduzido do caixa líquido adquirido. Sendo assim, o valor apresentado será R\$212 reduzido de 75% do equivalente de caixa da Bartira, o que totaliza R\$211. O ágio gerado na aquisição foi integralmente alocado no segmento eletro.

## **Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **14. Combinação de negócios – Continuação**

#### **14.1 Aquisição de Bartira - Continuação**

Mensuração subsequente – alocação provisional do preço de compra

A aquisição de controle da Bartira foi contabilizada segundo o método de aquisição, em concordância com o CPC 15 (IFRS 3R). Em cumprimento a este pronunciamento, a Companhia finalizou a coleta de dados e a avaliação do valor justo dos ativos líquidos durante o ano de 2014, sendo que os ajustes realizados na alocação final foram de R\$23, e consequentemente, afetaram o ágio gerado na aquisição. Os ajustes referem-se principalmente a efeitos na avaliação do imposto de renda e dos estoques na data de aquisição.

Os resultados de vendas da Bartira são eliminados contra o custo das mercadorias vendidas, uma vez que as vendas são 100% com Via Varejo. Efeitos remanescentes consolidados não são significativos.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imobilizado

	Controladora										
	Saldo em: 31.12.2012	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em: 31.12.2013	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em: 31.12.2014
Terrenos	1.157	35	-	(5)	11	1.198	-	-	-	15	1.213
Edifícios	1.966	38	(62)	-	(13)	1.929	3	(60)	(1)	(18)	1.853
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.389	22	(104)	(3)	210	1.514	5	(112)	(10)	238	1.635
Máquinas e equipamentos	685	216	(125)	(15)	5	766	193	(139)	(16)	2	806
Instalações	137	19	(14)	-	14	156	13	(16)	(2)	10	161
Móveis e utensílios	262	71	(37)	(3)	-	293	65	(41)	(5)	-	312
Veículos	20	9	(5)	(6)	-	18	8	(5)	(4)	-	17
Imobilizado em andamento	110	239	-	-	(218)	131	188	-	(1)	(253)	65
Outros	38	19	(11)	-	(8)	38	14	(13)	-	(1)	38
Total	5.764	668	(358)	(32)	1	6.043	489	(386)	(39)	(7)	6.100
<u>Arrendamento mercantil financeiro:</u>											
Equipamentos de informática	30	-	(11)	(7)	-	12	-	(5)	-	-	7
Edifícios	21	-	(1)	-	-	20	-	(2)	-	-	18
	51	-	(12)	(7)	-	32	-	(7)	-	-	25
Total	5.815	668	(370)	(39)	1	6.075	489	(393)	(39)	(7)	6.125

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imobilizado – Continuação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2014			Saldo em 31.12.2013		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.213	-	1.213	1.198	-	1.198
Edifícios	2.754	(901)	1.853	2.771	(842)	1.929
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.873	(1.238)	1.635	2.649	(1.135)	1.514
Máquinas e equipamentos	1.842	(1.036)	806	1.701	(935)	766
Instalações	384	(223)	161	364	(208)	156
Móveis e utensílios	721	(409)	312	669	(376)	293
Veículos	27	(10)	17	27	(9)	18
Imobilizado em andamento	65	-	65	131	-	131
Outros	105	(67)	38	93	(55)	38
	<b>9.984</b>	<b>(3.884)</b>	<b>6.100</b>	<b>9.603</b>	<b>(3.560)</b>	<b>6.043</b>
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos de informática	32	(25)	7	31	(19)	12
Edifícios	34	(16)	18	34	(14)	20
	<b>66</b>	<b>(41)</b>	<b>25</b>	<b>65</b>	<b>(33)</b>	<b>32</b>
<b>Total</b>	<b>10.050</b>	<b>(3.925)</b>	<b>6.125</b>	<b>9.668</b>	<b>(3.593)</b>	<b>6.075</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imobilizado – Continuação

	Consolidado														
	Saldo em: 31.12.2012	Adições	Depreciação	Aquisição (*)	Baixas	Transfe- rencia	Saldo em: 31.12.2013	Adições	Depreciação	Descon- solidação (**)	Baixas	Transfe- rencia	Reorganização societária (***)	Variação cambial	Saldo em: 31.12.2014
Terrenos	1.265	142	-	-	(5)	10	1.412	38	-	-	-	(1)	-	-	1.449
Edifícios	2.056	43	(66)	-	-	(16)	2.017	48	(66)	-	(1)	48	1	-	2.047
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.243	370	(173)	-	(13)	360	2.787	274	(199)	-	(14)	334	-	-	3.182
Máquinas e equipamentos	1.108	376	(231)	118	(45)	120	1.446	395	(275)	(1)	(23)	61	2	-	1.605
Instalações	285	55	(31)	3	-	14	326	72	(37)	(2)	(10)	17	14	1	381
Móveis e utensílios	494	140	(64)	11	(8)	(47)	526	139	(72)	(1)	(6)	3	11	1	601
Veículos	230	15	(20)	1	(46)	(14)	166	13	(16)	(1)	(41)	-	-	-	121
Imobilizações em andamento	205	445	-	9	-	(450)	209	448	-	-	(2)	(489)	-	-	166
Outros	80	36	(22)	(20)	-	(7)	67	30	(25)	-	-	(1)	2	-	73
<b>Total</b>	<b>7.966</b>	<b>1.622</b>	<b>(607)</b>	<b>122</b>	<b>(117)</b>	<b>(30)</b>	<b>8.956</b>	<b>1.457</b>	<b>(690)</b>	<b>(5)</b>	<b>(97)</b>	<b>(28)</b>	<b>30</b>	<b>2</b>	<b>9.625</b>
<u>Arrendamento mercantil financeiro:</u>															
Equipamentos	23	-	(2)	-	-	(1)	20	-	(4)	-	-	-	-	-	16
Hardware	79	-	(29)	-	(8)	1	43	-	(18)	-	-	1	-	-	26
Instalações	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Móveis e utensílios	9	-	(1)	-	-	-	8	-	(1)	-	-	-	-	-	7
Veículos	10	-	-	-	(7)	(2)	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Edifícios	26	-	(2)	-	-	-	24	-	(1)	-	-	-	-	-	23
<b>Total</b>	<b>148</b>	<b>-</b>	<b>(34)</b>	<b>-</b>	<b>(15)</b>	<b>(2)</b>	<b>97</b>	<b>-</b>	<b>(24)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>74</b>
<b>Total</b>	<b>8.114</b>	<b>1.622</b>	<b>(641)</b>	<b>122</b>	<b>(132)</b>	<b>(32)</b>	<b>9.053</b>	<b>1.457</b>	<b>(714)</b>	<b>(5)</b>	<b>(97)</b>	<b>(27)</b>	<b>30</b>	<b>2</b>	<b>9.699</b>

(\*) Refere-se à aquisição da controlada Bartira, conforme nota explicativa nº14.

(\*\*) Refere-se à alienação de CBCC, conforme nota explicativa nº13.1 (vii).

(\*\*\*) Refere-se à reorganização societária das operações de e-commerce, conforme nota explicativa nº13.1 (iii) e nº13.1 (iv).

Os saldos das colunas de transferência em 2013 e 2014 estão impactados principalmente por: (i) aquisição de ativos intangíveis que permanecem em andamento até sua capitalização, respectivamente, (ii) em 2013, transferência de imobilizado no montante de R\$30, relativo aos ativos das lojas que deverão ser alienadas e (iii) em 2014, transferência de imobilizado no montante de R\$25, relativo aos ativos de propriedade para investimento.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imobilizado – Continuação

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2014			Saldo em 31.12.2013		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.449	-	1.449	1.412	-	1.412
Edifícios	3.013	(966)	2.047	2.922	(905)	2.017
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.929	(1.747)	3.182	4.396	(1.609)	2.787
Máquinas e equipamentos	3.191	(1.586)	1.605	2.809	(1.363)	1.446
Instalações	722	(341)	381	631	(305)	326
Móveis e utensílios	1.171	(570)	601	1.033	(507)	526
Veículos	179	(58)	121	231	(65)	166
Imobilizado em andamento	166	-	166	209	-	209
Outros	188	(115)	73	158	(91)	67
	<b>15.008</b>	<b>(5.383)</b>	<b>9.625</b>	<b>13.801</b>	<b>(4.845)</b>	<b>8.956</b>
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos						
Hardware	36	(20)	16	36	(16)	20
Instalações	174	(148)	26	183	(140)	43
Móveis e utensílios	2	(1)	1	2	(1)	1
Veículos	15	(8)	7	15	(7)	8
Edifícios	2	(1)	1	2	(1)	1
	44	(21)	23	43	(19)	24
	273	(199)	74	281	(184)	97
Total	<b>15.281</b>	<b>(5.582)</b>	<b>9.699</b>	<b>14.082</b>	<b>(5.029)</b>	<b>9.053</b>

#### 15.1 Garantias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa nº 23.8.

#### 15.2 Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$14 (R\$25 em 31 de dezembro de 2013). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 105,3% (104,6% em 31 de dezembro de 2013) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

#### 15.3 Adições ao ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Adições (i)	489	668	1.457	1.622
Juros capitalizados	(6)	(16)	(14)	(25)
Financiamento de imóveis – Adições (ii)	(231)	(66)	(289)	(129)
Financiamento de imóveis - Pagamentos (ii)	186	123	225	188
Total	<b>438</b>	<b>709</b>	<b>1.379</b>	<b>1.656</b>

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

## **Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **15. Imobilizado – Continuação**

#### **15.3 Adições ao ativo imobilizado -- Continuação**

- (ii) As adições de imobilizado acima estão compostas para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro acima.

#### **15.4 Outras informações**

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$43 (R\$37 em 31 de dezembro de 2013) na controladora e de R\$112 (R\$78 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado, referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consiste nos ativos das lojas de cada um dos segmentos do Grupo. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 11,4% antes dos impostos sobre a renda.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Intangíveis

#### Controladora

	Saldo 31.12.2012	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo 31.12.2013	Adições	Amortização	Incorporação (*)	Saldo 31.12.2014
Ágio - eletro	184	-	-	-	(5)	179	-	-	-	179
Ágio - varejo	355	-	-	-	-	355	-	-	39	394
Fundo de comércio – varejo (nota 16.5)	35	7	-	-	-	42	1	-	-	43
Softwares e implantação	534	97	(79)	(1)	-	551	112	(84)	-	579
Total	1.108	104	(79)	(1)	(5)	1.127	113	(84)	39	1.195

(\*) Vide nota explicativa nº 1.6.

	Saldo em 31.12.2014			Saldo em 31.12.2013		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio – eletro	179	-	179	179	-	179
Ágio – varejo	1.113	(719)	394	1.074	(719)	355
Fundo de comércio – varejo	43	-	43	42	-	42
Softwares e implantação	943	(364)	579	832	(281)	551
	2.278	(1.083)	1.195	2.127	(1.000)	1.127



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Intangíveis

	Consolidado														
	Saldo em: 31.12.2012	Adições	Amort.	Aquisição de subsidiária (*)	Baixas	Transf.	Saldo 31.12.2013	Adições	Amort.	Desconso- -lidação (**)	Reorganização societária (***)	Baixas	Transf.	Variação cambial	Saldo em: 31.12.2014
o - atacado de autosserviços	362	-	-	-	-	-	362	-	-	-	-	-	-	-	362
Ágio – eletro	297	604	-	-	-	(5)	896	24	-	-	-	-	-	-	920
Ágio – varejo	747	-	-	-	-	-	747	-	-	-	-	-	-	-	747
Ágio – e-commerce	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	236	-	2	16	254
Marcas - atacado de autosserviços	39	-	-	-	-	-	39	-	-	-	-	-	-	-	39
Marcas - eletro	2.015	-	-	46	-	-	2.061	-	-	-	-	-	-	-	2.061
Marcas e-commerce	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	17	2	30
Fundo de comércio - eletro	608	-	(8)	-	-	(24)	576	4	(6)	-	-	-	-	-	574
Fundo de comércio – varejo	35	8	-	-	-	-	43	2	-	-	-	-	1	-	46
Fundo de comércio - atacado de autosserviços	10	19	-	-	-	-	29	5	-	-	-	-	-	-	34
Relacionamento de clientes – eletro	12	-	(6)	-	-	-	6	-	(4)	-	-	-	-	-	2
Contrato de aluguel vantajoso - NCB	149	-	(47)	36	-	-	138	-	(41)	-	-	-	-	-	97
Contrato de fornecimento vantajoso - Bartira	61	-	(61)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos Contratuais	-	-	-	-	-	-	-	187	(8)	-	-	-	-	-	179
Software	641	184	(97)	-	(1)	-	727	286	(146)	(1)	203	(4)	(65)	12	1.012
Softwares CL	-	81	(4)	-	-	-	77	25	(11)	-	-	-	-	-	91
Outros	-	-	-	-	-	-	-	4	(1)	-	2	-	40	2	47
Total	4.976	896	(223)	82	(1)	(29)	5.701	537	(217)	(1)	452	(4)	(5)	32	6.495

(\*) Refere-se à aquisição da controlada Bartira, conforme nota explicativa nº14.

(\*\*) Refere-se à alienação de CBCC, conforme nota explicativa nº13.1 (vii).

(\*\*\*) Refere-se à reorganização societária das operações de e-commerce, conforme nota explicativa nº13.1 (iii) e nº13.1 (iv).

Em 2013, o saldo da coluna de transferência está impactado pelo montante de R\$28, relativo à parcela do ágio e fundo de comércio eletro, respectivamente, sobre as lojas que deverão ser alienadas, conforme nota explicativa nº1.4.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Intangíveis – Continuação

	Saldo em 31.12.2014			Saldo em 31.12.2013		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - atacado de autosserviços (nota 16.1)	371	(9)	362	371	(9)	362
Ágio – eletro (nota 16.1)	920	-	920	896	-	896
Ágio – varejo (nota 16.1)	1.848	(1.101)	747	1.848	(1.101)	747
Ágio – e-commerce (nota 16.1)	254	-	254	-	-	-
Marcas - atacado de autosserviços (nota 16.2)	39	-	39	39	-	39
Marcas – eletro (nota 16.2)	2.061	-	2.061	2.061	-	2.061
Marcas - e-commerce (nota 16.2)	30	-	30	-	-	-
Fundo de comércio – eletro (nota 16.5)	637	(63)	574	635	(59)	576
Fundo de Comércio – varejo (nota 16.5)	46	-	46	43	-	43
Fundo de comércio - atacado de autosserviços (nota 16.5)	34	-	34	29	-	29
Relacionamento de clientes – eletro	34	(32)	2	34	(28)	6
Contrato de aluguel vantajoso NCB (nota 16.4)	292	(195)	97	292	(154)	138
Contrato de fornecimento vantajoso – Bartira (nota 16.3)	-	-	-	221	(221)	-
Direitos contratuais	186	(7)	179	-	-	-
Software	1.621	(609)	1.012	1.093	(366)	727
Software CL	112	(21)	91	81	(4)	77
Outros	58	(11)	47	-	-	-
Total intangível	8.543	(2.048)	6.495	7.643	(1.942)	5.701

#### 16.1 Testes de não recuperação do ágio e de intangíveis

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia efetuou cálculo para determinar o valor de recuperação do ágio adquirido por meio de combinações de negócios e licenças com vidas úteis indefinidas que foram alocados a quatro unidades geradoras de caixa, quais sejam: Varejo, Eletro, Atacado de Autosserviços e Comércio Eletrônico.

O valor recuperável dos segmentos foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para os próximos três anos. A taxa de desconto antes dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 11,4% (10,8% em 31 de dezembro de 2013), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando-se taxa de crescimento de 6,7% (6,5% em 31 de dezembro de 2013). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

#### 16.2 Marca

As marcas referem-se substancialmente a “ASSAÍ”, “PONTO FRIO” e “CASAS BAHIA”.

O valor foi submetido a teste de recuperação de ativos através da metodologia de *Income approach - Relief from Royalty*. Dada a vida útil indefinida das marcas, consideramos na elaboração do fluxo de caixa descontado um crescimento perpétuo de 6,7%. A taxa de royalty utilizada foi 0,4% para marca “ASSAÍ”, 0,8% para o “PONTO FRIO” e 0,9% para “CASAS BAHIA”. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

#### 16.3 Contrato de fornecimento vantajoso - Bartira

A Via Varejo possui contrato exclusivo de fornecimento com a Bartira. Esse contrato apresenta condições vantajosas na aquisição de móveis para revenda, quando comparadas as margens estabelecidas no setor. O montante foi registrado por ocasião da combinação de negócio e foi estabelecido por informações de transações comparáveis no mercado, apurada pela metodologia *Income Approach*.

A vida útil desse ativo foi definida como três anos, encerrando-se durante o ano de 2013.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Intangíveis – Continuação

#### 16.4 Contrato de aluguel vantajoso - NCB

Refere-se aos imóveis da CB, compreendidos por lojas, centros de distribuição e edificações, que são objetos de arrendamento mercantil operacional em condições vantajosas realizados pela Via Varejo. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado, aplicada a metodologia *Income Approach*. O ativo foi reconhecido por ocasião da combinação de negócios entre a CB e a Companhia.

A vida útil desse ativo foi definida como dez anos de acordo com o contrato de associação. Verificamos que as condições de mercado do momento da contratação não se deterioraram em relação à posição atual, desta forma, não houve indícios de perda de recuperabilidade.

#### 16.5 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

Entendemos que os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

#### 16.6 Adições ao ativo intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Adições	113	104	537	896
Ágio (nota 14)	-	-	(24)	(604)
Demais contas a pagar		(17)	-	(17)
Financiamento de intangível - Adição	5	-	5	-
Arrendamentos financeiros	-	-	-	(82)
Total	118	87	518	193

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Fornecedores produtos	<b>3.606</b>	2.879	<b>13.437</b>	8.833
Fornecedores de serviços	<b>114</b>	189	<b>775</b>	490
Acordos comerciais (nota 17.1)	<b>(540)</b>	(436)	<b>(890)</b>	(776)
	<b>3.180</b>	2.632	<b>13.322</b>	8.547

#### 17.1 Acordos comerciais

Incluem bonificação e descontos obtidos de fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento destes recebíveis se materializa através do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18. Empréstimos e financiamentos

### 18.1 Composição da dívida

		Controladora		Consolidado		
		Taxa média ponderada	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
<u>Circulante</u>						
<u>Debêntures</u>						
Captação líquida de debêntures (nota 18.4)			2.052	1.028	2.672	1.245
<u>Empréstimos e financiamentos</u>						
<u>Em moeda local</u>						
BNDES (nota 18.5)	TJLP + 3,51 a.a.	82	83	89	82	
BNDES (nota 18.5)	3,74% a.a.	8	8	14	29	
IBM	CDI -0,71% a.a	-	-	34	24	
Capital de giro (i)	108,00% do CDI	481	489	3.493	3.357	
Capital de giro	11,58% a.a.	213	191	213	191	
Arrendamento financeiro (nota 24)		25	28	34	56	
Contratos de swap (nota 18.6)	102,00% do CDI	(12)	(12)	(12)	(12)	
Custo de captação		(2)	(5)	(3)	(5)	
		795	782	3.862	3.722	
<u>Em moeda estrangeira</u>						
Capital de giro (i)	USD + 1,22% a.a.	43	239	56	294	
Contratos de swap (nota 18.6)	105,46% do CDI	5	(76)	4	(89)	
		48	163	60	205	
Total do circulante		2.895	1.973	6.594	5.172	

		Controladora		Consolidado		
		Taxa média ponderada	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
<u>Não circulante</u>						
<u>Debêntures</u>						
Captação líquida de debêntures (nota 18.4)			896	1.998	896	2.599
<u>Empréstimos e financiamentos</u>						
<u>Moeda local</u>						
BNDES (nota 18.5)	TJLP + 3,60 a.a.	82	163	82	191	
BNDES (nota 18.5)	3,08% a.a.	14	16	57	10	
IBM	CDI - 0,71% a.a	-	-	74	96	
Capital de giro (i)	107,36% do CDI	874	855	1.142	1.246	
Capital de giro	TR + 9,80% a.a.	-	-	21	-	
Arrendamento financeiro (nota 24)		131	125	229	199	
Contratos de swap	99% do CDI	-	(12)	-	(12)	
Custo de captação		(5)	(3)	(6)	(6)	
		1.096	1.144	1.599	1.724	
<u>Moeda estrangeira</u>						
Capital de giro	USD + 1,88% a.a.	669	-	669	-	
Contratos de swap (nota 18.6)	103,88% do CDI	(30)	-	(30)	-	
		639	-	639	-	
Total do não circulante		2.631	3.142	3.134	4.323	

(i) No saldo de capital de giro está incluído o valor de R\$2.875 referente ao CDCI (R\$2.867 em 31 de dezembro de 2013).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Empréstimos e financiamentos – Continuação

#### 18.2 Movimentação dos empréstimos

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>5.115</b>	<b>9.495</b>
Captações	1.661	6.780
Provisão de juros	471	928
Contratos de swap	(15)	(17)
Marcação a mercado	(3)	(3)
Variação cambial e monetária	49	55
Custo de captação	9	9
Amortizações de juros	(662)	(1.069)
Amortizações de principal	(1.151)	(6.500)
Amortizações de swap	52	50
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>5.526</b>	<b>9.728</b>

#### 18.3 Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

<u>Ano</u>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2016	552	726
2017	962	1.135
2018	158	199
Após 2019	968	1.084
Subtotal	<b>2.640</b>	<b>3.144</b>
Custo de captação	<b>(9)</b>	<b>(10)</b>
Total	<b>2.631</b>	<b>3.134</b>

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18. Empréstimos e financiamentos – Continuação

### 18.4 Debêntures

	Tipo	Valor Emissão	Debentures em circulação	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora		Consolidado	
				Emissão	Vencimento			31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
<u>Controladora</u>											
8ª emissão - 1a. série - GPA	Sem preferência	500.000	-	15/12/09	15/12/14	109,50% do CDI	207	-	200	-	201
9ª emissão - 1a. série - GPA	Sem preferência	610.000	-	05/01/11	05/01/14	107,75% do CDI	1.333	-	813	-	813
10ª emissão - 1a. série - GPA	Sem preferência	800.000	80.000	29/12/11	29/06/15	108,50% do CDI	11	801	800	801	800
11ª emissão de Debêntures - GPA	Sem preferência	1.200.000	120.000	02/05/12	02/11/15	CDI + 1,00%	10	1.223	1.219	1.223	1.219
12ª emissão de Debêntures - GPA	Sem preferência	900.000	900.000	12/09/14	12/09/19	107,00% do CDI	1	930	-	930	-
<u>Subsidiárias</u>											
3ª emissão - 1a. Série - Via Varejo	Sem preferência	400.000	40.000	30/01/12	30/07/15	CDI + 1,00%	10	-	-	420	417
1ª emissão - 1a. Série - Via Varejo	Sem preferência	200.000	-	29/06/12	29/12/14	CDI + 0,72%	10	-	-	-	200
1ª emissão - 2a. Série - Via Varejo	Sem preferência	200.000	20.000	29/06/12	29/01/15	CDI + 0,72%	10	-	-	200	200
Custo de Captação								(6)	(6)	(6)	(6)
<b>Controladora/Consolidado – Curto e longo prazo</b>								<b>2.948</b>	3.026	<b>3.568</b>	3.844
Passivo circulante								<b>2.052</b>	1.028	<b>2.672</b>	1.245
Passivo não circulante								<b>896</b>	1.998	<b>896</b>	2.599

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Empréstimos e financiamentos – Continuação

#### 18.4 Debêntures – Continuação

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia, exceto para as emissões das subsidiárias, em que a Companhia oferece o aval.

A forma de amortização dessas debêntures varia de acordo com a emissão. As seguintes modalidades de amortização são previstas: (i) pagamento exclusivo no vencimento com remuneração anual (10ª emissão da CBD); (ii) pagamento exclusivo no vencimento com remuneração semestral (11ª emissão da GPA, 3ª emissão da Via Varejo); (iii) parcelas anuais a partir do 4º ano da emissão (12ª emissão da CBD) e pagamentos semestrais.

As emissões 10ª, 11ª e 12ª têm direito a resgate antecipado a qualquer tempo de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão. A 3ª emissão da Via Varejo só poderá ser resgatada a partir do 18º mês.

O GPA tem a obrigação de manter índices financeiros em conexão com as emissões efetuadas. Esses índices são calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2014, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

Em 12 de setembro de 2014, foi emitida a 12ª debênture no valor de R\$900 (Banco Bradesco e Banco Safra) com a taxa de 107% do CDI no preço unitário de 1, prazo de vencimento de 60 meses em 2 parcelas (12/09/2018 e 12/09/2019) e os juros serão pagos semestralmente (março e setembro).

#### 18.5 Garantias

A Companhia assinou notas promissórias e cartas de fiança como garantia aos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES.

#### 18.6 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo o Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos tem o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal. A taxa média ponderada anual do CDI em 2014 era de 10,81% (8,06% em 2013).

#### 18.7 Abertura de crédito

A Companhia e suas subsidiárias celebraram contratos de abertura de crédito no valor de R\$1.350. Referidos acordos foram efetuados de acordo com as condições praticadas pelo mercado e possuem vigências para 2016 e 2017.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando à manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Valor contábil</b>		<b>Valor contábil</b>	
	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	<b>2.923</b>	2.851	<b>11.149</b>	8.367
Contas a receber e outras contas a receber	<b>462</b>	391	<b>4.246</b>	3.488
Partes relacionadas – ativo (*)	<b>398</b>	647	<b>313</b>	172
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Aplicação financeiras avaliadas a valor justo	-	-	-	24
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Outros passivos financeiros - custo amortizado</u>				
Partes relacionadas – passivo (*)	<b>(1.751)</b>	(2.224)	<b>(261)</b>	(33)
Fornecedores	<b>(3.180)</b>	(2.632)	<b>(13.322)</b>	(8.547)
Financiamento por compra de ativo	<b>(88)</b>	(48)	<b>(90)</b>	(48)
Aquisição de participação de acionistas não controladores	-	-	<b>130</b>	177
Debêntures	<b>(2.948)</b>	(3.026)	<b>(3.568)</b>	(3.844)
Empréstimos e financiamentos	<b>(1.691)</b>	(1.571)	<b>(5.241)</b>	(5.093)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			-	-
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	<b>(887)</b>	(518)	<b>(919)</b>	(558)
<u>Exposição líquida</u>	<b>(6.762)</b>	(6.130)	<b>(7.563)</b>	(5.895)

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19. Instrumentos financeiros – Continuação

- (\*) As operações com partes relacionadas são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproximam do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizados cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgado na nº19.3.

### 19.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

#### (i) Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê de Fluxo de Caixa da Companhia, considerando-se limites monetários e avaliações de instituições financeiras, constantemente atualizados.
- Contas a receber: o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Esses recebíveis são vendidos aos bancos e administradoras de cartões de créditos, com o objetivo de prover-se de capital de giro e isso proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos.
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos; esse risco é mitigado pela política de se efetuar transações, dentro das políticas aprovadas pelos órgãos de governança;
- Vendas financiadas CDCI: são as vendas feitas através de acordos operacionais (linhas de crédito) com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para concessão de financiamentos aos seus clientes, por meio de intermediação com as respectivas instituições financeiras, com o objetivo de viabilizar e fomentar a venda de mercadorias nos seus estabelecimentos comerciais. Nessa modalidade de venda, a Companhia tem responsabilidade final pela liquidação do financiamento e pelo risco de crédito da operação.
- Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores à 5% das contas a receber ou receitas, respectivamente.

#### (ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, estão expostas principalmente ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 19.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias -- Continuação

##### (iii) Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso utilizam-se derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

##### (iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos e financiamentos	<b>5.526</b>	5.115	<b>9.728</b>	9.495
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<b>(2.923)</b>	(2.851)	<b>(11.149)</b>	(8.367)
Dívida (caixa) líquido	<b>2.603</b>	2.264	<b>(1.420)</b>	1.128
Patrimônio líquido	<b>10.580</b>	9.483	<b>14.482</b>	12.712
Patrimônio líquido e dívida líquida	<b>13.183</b>	11.747	<b>13.062</b>	13.840
Índice de endividamento líquido	<b>0,25</b>	0,24	<b>(0,10)</b>	0,09

##### (v) Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 19.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias – Continuação

##### (v) Risco de gestão de liquidez - Continuação

##### a) Controladora

	Menos de 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Empréstimos e financiamentos	867	1.052	2.006	1.239	8	-	2.881	2.291
Debêntures	2.313	1.254	1.315	2.188	-	-	3.628	3.442
Instrumentos financeiros derivativos	50	(84)	(38)	(14)	-	-	12	(98)
Arrendamento mercantil financeiro	29	34	100	111	42	23	171	168
Fornecedores	3.180	2.632	-	-	-	-	3.180	2.632
<b>Total</b>	<b>6.439</b>	<b>4.888</b>	<b>3.383</b>	<b>3.524</b>	<b>50</b>	<b>23</b>	<b>9.872</b>	<b>8.435</b>

##### b) Consolidado

	Menos de 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Empréstimos e financiamentos	4.076	4.046	2.465	1.784	46	19	6.587	5.849
Debêntures	2.964	1.539	1.315	2.837	-	-	4.279	4.376
Instrumentos financeiros derivativos	50	(97)	(36)	(14)	1	-	15	(111)
Arrendamento mercantil financeiro	48	75	174	176	101	52	323	303
Fornecedores	13.322	8.547	-	-	-	-	13.322	8.547
Aquisição de participação de acionistas não controladores	73	69	71	57	-	-	144	126
<b>Total</b>	<b>20.533</b>	<b>14.179</b>	<b>3.989</b>	<b>4.840</b>	<b>148</b>	<b>71</b>	<b>24.670</b>	<b>19.090</b>

##### (vi) Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2014 o valor de referência dos contratos era R\$842 (R\$460 em 31 de dezembro de 2013). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e, preferencialmente, realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores (*caps*), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 19.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias – Continuação

##### (vi) Instrumentos financeiros derivativos - Continuação

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor justo	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Swap com contabilização de <i>hedge</i>					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)		842	460	959	680
<u>Posição ativa (comprada)</u>					
Taxa prefixada	11,58% a.a.	151	260	234	385
US\$ + fixa	1,78% a.a.	691	200	732	294
		842	460	966	679
<u>Posição passiva (vendida)</u>					
	CDI 102,53% a.a.	(842)	(460)	(928)	(565)
Posição de <i>hedge</i> líquida		-	-	38	114

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo seu valor justo é de R\$38 (R\$114 em 31 de dezembro de 2013) e está registrado na rubrica “Empréstimos e financiamentos”.

Os efeitos do *hedge* ao valor justo por meio resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 resultaram em um ganho de R\$20 (R\$54 em 31 de dezembro de 2013).

##### (vii) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para swap, ambas divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores a mercado dos swaps cupons cambiais versus CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19. Instrumentos financeiros – Continuação

### 19.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Dessa maneira, no cenário provável (I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados no item (vi) acima. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$3,17 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 12,91% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide nota 19.2(ii).

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

#### (i) Hedge de valor justo (nas datas de vencimento)

Operações	Risco	Saldo em 31.12.2014	Projeção de Mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida à taxa pré-fixada		(234)	(290)	(290)	(290)
Swap (posição ativa taxa pré-fixada)		234	290	290	290
	Efeito líquido	-	-	-	-
Swap (posição passiva em CDI)	Aumento do CDI	(221)	(294)	(328)	(372)
Efeito líquido (perda) total			(73)	(107)	(151)

#### (ii) Derivativos contabilizados pelo valor justo por meio do resultado

Operações	Risco	Saldo em 31.12.2014	Projeção de Mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida – US\$	Aumento do US\$	(725)	(928)	(1.160)	(1.392)
Swap (posição ativa em US\$)		732	934	1.168	1.401
	Efeito líquido	6	6	8	9
Swap (posição passiva em CDI)	Aumento do CDI	(706)	(920)	(972)	(1.026)
Passivo financeiro estimado		(700)	(914)	(964)	(1.017)
Efeito líquido (perda) total			(215)	(265)	(318)

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19. Instrumentos financeiros – Continuação

### 19.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -- Continuação

#### (iii) Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco (queda do CDI)	Saldo em 31.12.2014	Projeção de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Debêntures	CDI + 1%	(1.223)	(1.378)	(1.343)	(1.307)
Debêntures	107,83% do CDI	(1.731)	(2.080)	(2.026)	(1.972)
Debêntures - Via Varejo	100% do CDI + 0,8%	(620)	(697)	(679)	(661)
Empréstimos bancários - CBD	106,25 do CDI	(1.354)	(1.606)	(1.564)	(1.522)
Arrendamento mercantil	100,09% do CDI	(207)	(231)	(225)	(219)
Arrendamento mercantil	IGP-DI + 6 % a.a	(30)	(37)	(35)	(34)
Arrendamento mercantil	95% do CDI	(26)	(28)	(27)	(26)
Empréstimos bancários - Via Varejo	109,43% do CDI	(2.990)	(3.633)	(3.539)	(3.444)
Exposição total a empréstimos e financiamentos		(8.182)	(9.690)	(9.438)	(9.185)
Caixa e equivalentes de caixa (*)	100,66% do CDI	11.149	12.568	12.242	11.916
Exposição líquida:		2.967	2.879	2.804	2.731
Efeito líquido perda total:			(88)	(163)	(236)

(\*) média ponderada

### 19.3 Mensurações de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 ("IFRS13"), os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores, são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil 31.12.2014	Valor justo 31.12.2014	Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 2)
Swaps de taxa de juros entre Moedas	26	26	26
Swaps de taxas de juros	12	12	12
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(957)	(957)	(957)
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(5.241)	(5.304)	(5.304)
	(6.160)	(6.223)	(6.223)

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 19.3 Mensurações de valor justo – Continuação

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Os *Swaps* de taxa de juros e moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 19.4 Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Em aberto	Descrição	Contrapartes	Valor de referência	Data da Contratação	Vencimento	Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
						31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Swap cambiais									
registrados na CETIP									
(USD x CDI)									
		Citibank	US\$ 40	13/02/2012	13/02/2014	-	13	-	14
		Banco Tokyo	US\$ 75	14/01/2014	10/01/2017	16	-	11	-
		Itaú Unibanco	US\$ 100	05/05/2011	16/04/2014	-	73	-	76
		Banco JP Morgan	US\$ 50	19/03/2014	21/03/2016	14	-	11	-
		Citibank	US\$ 16	14/10/2014	14/10/2015	3	-	2	-
		Mizuho	US\$ 50	31/10/2014	31/10/2017	8	-	4	-
		Citibank	US\$ 85	21/11/2014	21/11/2016	3	-	(4)	-
		Citibank	US\$ 5	14/10/2014	14/10/2015	1	-	1	-
Swap taxa de juros									
registrados na CETIP									
(Taxa pré-fixada x CDI)									
		Banco do Brasil	R\$ 130	28/06/2010	06/06/2014	-	12	-	12
		Banco do Brasil	R\$ 130	28/06/2010	02/06/2015	13	11	12	12
		Itaú BBA	R\$ 21	11/11/2014	05/11/2026	1	-	1	-
						59	109	38	114

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados

#### 20.1 Impostos, contribuições a recolher e impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
PIS e COFINS	31	62	360	368
Provisão para imposto de renda e contribuição social	48	132	161	167
ICMS	23	30	153	227
Outros	6	6	118	63
	<b>108</b>	<b>230</b>	<b>792</b>	<b>825</b>
Impostos parcelados Lei nº 11.941/09 (i)	680	1.113	680	1.188
INSS	-	-	-	13
Outros (ii)	12	15	12	16
	<b>692</b>	<b>1.128</b>	<b>692</b>	<b>1.217</b>
Circulante	183	366	867	969
Não circulante	617	992	617	1.073

- (i) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº 11.941/09) - a Lei nº 11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de créditos calculados com base nos prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporcionados pela adesão a esse parcelamento. Conforme permitido pela lei 12.996/14, a Administração decidiu antecipar o pagamento de R\$366 de impostos parcelados, utilizando imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal no valor de R\$256 registrado nas subsidiárias e efetuando pagamento de R\$97.
- (ii) Outros - Parcelamento segundo o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Esses impostos são corrigidos pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e podem ser pagos em 120 meses.

20.2 Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados ocorrerá conforme indicado a seguir:

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	74	74
2017	74	74
2018	71	71
2019	70	70
À partir de 2019	328	328
	<b>617</b>	<b>617</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Imposto de renda e contribuição social

#### 21.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Lucro antes do IR e CSLL	1.422	1.160	2.496	1.756
IR e CSLL à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	(355)	(290)	(749)	(526)
Multas fiscais	(2)	(3)	(2)	(5)
Equivalência patrimonial	193	164	32	14
Reversão de IR e CSLL diferidos e créditos extemporâneos (*)	-	17	-	124
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	12	4	(17)	33
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(152)	(108)	(736)	(360)
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Corrente	(84)	(43)	(514)	(269)
Diferido	(68)	(65)	(222)	(91)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	(152)	(108)	(736)	(360)
Taxa efetiva	10,69%	9,31%	29,49%	20,50%

A CBD não paga contribuição social (9%) com base em uma ação judicial transitada em julgado favorável no passado.

(\*) Valor se refere a impostos diferidos sobre opção de compra Bartira, que se realizou pelo exercício da opção em outubro de 2013 no montante de R\$107, além de créditos extemporâneos de imposto reconhecidos no exercício de R\$17.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

#### 21.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Prejuízos fiscais	-	28	354	794
Provisão para demandas judiciais	156	151	346	302
Provisão para operações com instrumentos financeiros				
derivativos tributados pelo regime de caixa	(5)	2	(10)	6
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	1	2	94	82
Provisão para despesas correntes	3	-	63	64
Amortização fiscal de ágio	16	25	(469)	(396)
Ajuste a valor presente	1	1	(6)	(1)
Ajuste arrendamento mercantil	8	5	(95)	(75)
Ajuste a marcação a mercado	(2)	1	(2)	1
Mais-valia de ativos adquiridos na combinação de negócio	-	-	(790)	(808)
Inovação tecnológica realização futura	(21)	(21)	(21)	(21)
Depreciação fiscal de itens de imobilizado	(114)	(87)	(124)	(90)
Outras	13	14	18	32
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	56	121	(642)	(110)
Ativo não circulante	56	121	491	951
Passivo não circulante	-	-	(1.133)	(1.061)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56	121	(642)	(110)

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia

A Administração da Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	6	346
2017	18	113
2018	19	19
2019	13	13
	56	491

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

#### 21.3 Alterações em imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
<b>No início do exercício</b>	<b>121</b>	186	<b>(110)</b>	(55)
Despesas no exercício	<b>(68)</b>	(65)	<b>(222)</b>	(91)
Aquisição de sociedades (nota 14)	-	-	-	28
Oferta Pública de Ações - Via Varejo	-	-	-	8
Reorganização societária (vide nota 13.1 (iii))	-	-	<b>41</b>	-
Variação cambial	-	-	<b>4</b>	-
Pagamento de parcelamentos e outras obrigações fiscais	-	-	<b>(379)</b>	-
Outros	<b>3</b>	-	<b>24</b>	-
<b>No final do exercício</b>	<b>56</b>	121	<b>(642)</b>	(110)

### 22. Aquisição de participação de acionistas não controladores

	Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
Aquisição de participação em Assaí ( a)	<b>6</b>	<b>6</b>
Aquisição de participação em Sendas ( b)	<b>124</b>	<b>171</b>
	<b>130</b>	<b>177</b>
Passivo circulante	<b>73</b>	<b>69</b>
Passivo não circulante	<b>57</b>	<b>108</b>

- a) Refere-se a contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Assaí, subsidiária que desenvolve os negócios de “atacado de autosserviços” para o Grupo.
- b) Refere-se a contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Sendas em dezembro de 2010 equivalente a 42,57% do capital social à época pelo valor total de R\$377. Em 31 de dezembro de 2014 remanesciam duas parcelas anuais, contabilizadas pelo valor presente, com previsão de atualização pelo IPCA, sendo a última amortização em julho de 2016.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis:

#### 23.1 Controladora

	<b>PIS/ COFINS</b>	<b>Fiscais e outras</b>	<b>Previdenciárias e trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	36	133	112	64	345
Adições	163	5	62	17	247
Pagamentos	-	(5)	(28)	(2)	(35)
Reversões	(3)	(70)	(10)	(18)	(101)
Atualização monetária	13	4	13	10	40
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	209	67	149	71	496
Adições	36	124	30	37	227
Pagamentos	-	(4)	(15)	(4)	(23)
Reversões	(6)	(2)	(11)	(33)	(52)
Atualização monetária	7	5	15	14	41
Pagamento por parcelamento	(206)	-	-	-	(206)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	40	190	168	85	483

#### 23.2 Consolidado

	<b>PIS/ COFINS</b>	<b>Fiscais e outras</b>	<b>Previdenciárias e trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	87	365	191	131	774
Adições	191	11	160	91	453
Pagamentos	(15)	(6)	(48)	(13)	(82)
Reversões	(57)	(37)	(47)	(64)	(205)
Atualização monetária	16	13	28	30	87
Aquisição de sociedade (vide nota 14)	8	99	13	-	120
Transferências	42	(42)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	272	403	297	175	1.147
Adições	53	173	297	195	718
Pagamentos	-	(4)	(64)	(48)	(116)
Reversões	(47)	(2)	(66)	(141)	(256)
Atualização monetária	12	16	57	48	133
Transferências	-	-	-	2	2
Pagamento por parcelamento	(211)	(85)	-	-	(296)
Reorganização societária (vide nota 13.1)	-	8	3	-	11
Variação cambial	-	1	-	-	1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	79	510	524	231	1.344

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 23. Provisão para demandas judiciais – Continuação

### 23.3 Tributárias

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

#### COFINS e PIS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas subsidiárias passaram a questionar o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 72 (R\$92 em 31 de dezembro de 2013). A diferença se justifica em razão da reclassificação de provisionamento referente aos processos de compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS com créditos de Impostos sobre Produtos Industrializados - IPI – insumos submetidos à alíquota zero ou isentos - adquiridos de terceiros (transferidos com base em decisão transitada em julgado).

A Companhia questionava compensações de Finsocial, COFINS e PIS, que nossos assessores legais estimaram como perda provável e em 30 de setembro de 2014, o saldo foi liquidado com base nos benefícios concedidos pela Lei 12.996/14 (R\$173 em 31 de dezembro de 2013).

#### Fiscais e outros

##### Fiscais

A Companhia e suas subsidiárias têm outras demandas tributárias que após análise de seus consultores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis e, portanto, provisionadas pela Companhia. São elas: (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS, COFINS e IRPJ); (ii) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o ano de 2011; (iii) questionamento a respeito do Fundo de Combate à Pobreza, instituído pelo Estado do Rio de Janeiro; (iv) questionamentos relacionados à aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, erro em aplicação de alíquota e obrigações acessórias pelos fiscos estaduais; e (v) outros assuntos de menor expressão.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2014 para esses assuntos é de R\$108 (R\$100 em 31 de dezembro de 2013).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Provisão para demandas judiciais – Continuação

#### 23.3 Tributárias - Continuação

##### Fiscais e outros – Continuação

##### Fiscais – Continuação

Em decorrência do recente julgamento do Supremo Tribunal Federal (“STF”), em 16 de outubro de 2014, decidiu que os contribuintes de ICMS que comercializam produtos que compõem a cesta básica não têm direito de utilizar integralmente os créditos do referido imposto. A Companhia, com auxílio de seus assessores externos, entendeu adequado efetuar o provisionamento a respeito do assunto no valor de R\$147 em 31 de dezembro de 2014, por considerar esta demanda como perda “provável”. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Administração do desembolso provável de caixa necessário para liquidar esta demanda.

Adicionalmente, a Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$48 (R\$39 em 31 de dezembro de 2013).

##### Outros

Foram constituídas provisões tributárias de passivos contingentes, na ocasião da combinação de negócios com a Via Varejo, de acordo com o requerido no CPC 15 (IFRS 3). Em 31 de dezembro de 2014 o montante registrado é de R\$87 (R\$165 em 31 de dezembro de 2013) de passivos contingentes tributários. A diferença se justifica em razão do pagamento com base nos benefícios concedidos pela Lei 12.996/14.

Esses casos provisionados referem-se a processo administrativo relativo às compensações de débitos fiscais com créditos de contribuição incidente sobre as exportações de café.

##### Contingência Bartira

Em consonância com a combinação de negócios da Bartira, ocorrida em 2013 (detalhes podem ser observados na nota 14 das demonstrações financeiras de 2013) as contingências foram avaliadas pelo valor justo, conforme expresso pelo CPC 15 (IFRS 3R), cuja avaliação difere do CPC 25 (IAS 37), norma utilizada para a avaliação das demais contingências. A principal matéria refere-se a possível insuficiência de documentação comprobatória de operações, que totaliza R\$106 entre imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e ICMS, sendo que o total dos passivos contingentes monta R\$118 (tributário R\$106 e trabalhista R\$12).

##### REFIS

A Lei 12.996/2014 modificada pela MP 651, introduziu benefícios de redução de juros e multas para pagamentos à vista e parcelados sobre débitos federais. A Companhia entendeu adequado ingressar no REFIS para liquidar parte dos seus débitos, utilizando-se também de prejuízos fiscais para pagamento do saldo devedor.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Provisão para demandas judiciais – Continuação

#### 23.3 Tributárias - Continuação

##### Fiscais e outros – Continuação

##### REFIS -- Continuação

Houve a redução de sua provisão para demandas judiciais no montante de R\$296. O ganho líquido de outros efeitos negativos está detalhado na nota 29.

#### 23.4 Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha uma provisão de R\$524 (R\$297 em 31 de dezembro de 2013), referente ao potencial risco de perda em relação as reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de Juros ("TR"), 0,86% acumulada em 31 de dezembro de 2014 (0,19% em 31 de dezembro de 2013) acrescidos de juros mensais de 1%

#### 23.5 Cíveis e outros

A Companhia e suas subsidiárias respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia e de suas subsidiárias constituem provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que há a probabilidade de ser alterado o valor da locação pago pela entidade. Em 31 de dezembro de 2014, o montante da provisão para essas ações é de R\$55 (R\$43 em 31 de dezembro de 2013), para as quais não há depósitos judiciais.
- A subsidiária Via Varejo é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$86 em 31 de dezembro de 2014 (R\$69 em 31 de dezembro de 2013).

O total das demandas cíveis e outros em 31 de dezembro de 2014 é de R\$231 (R\$175 em 31 de dezembro de 2013).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Provisão para demandas judiciais – Continuação

#### 23.6 Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante atualizado de R\$8.552 em 31 de dezembro de 2014 (R\$7.630 em 31 de dezembro de 2013), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – O GPA foi autuada pela não-incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$318 em 31 de dezembro de 2014 (R\$283 em 31 de dezembro de 2013). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.
- IRPJ, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, CSLL, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto de Renda na Fonte sobre Lucro Líquido – ILL – O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. Os processos aguardam julgamento administrativo e judicial. O montante envolvido equivale a R\$1.368 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.297 em 31 de dezembro de 2013).

Dentre esses processos, existem os relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2011, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio devidamente pago e oriundo de transações entre os acionistas Casino e Abílio Diniz. O valor envolvido (e incluído no parágrafo acima) é de R\$692 em 31 de dezembro de 2014 (R\$637 em 31 de dezembro de 2013), classificado por perda possível e existe outra parte classificada como remota.

- COFINS, PIS e Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF e IPI – O GPA vem sendo questionada sobre compensações com créditos de IPI – insumos submetidos à alíquota zero ou isentos – adquiridos de terceiros com decisão transitada em julgado, outros pedidos de compensação, cobrança dos tributos incidentes nas operações de exportação de soja, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$921 de 31 de dezembro de 2014 (R\$982 em 31 de dezembro de 2013).
- ICMS – o GPA foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº 17 do Estado de São Paulo; (iv) decorrentes da comercialização de garantia estendida; (v) decorrentes de vendas financiadas; e (vi) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$5.087 em 31 de dezembro de 2014 (R\$4.032 em 31 de dezembro de 2013), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.
- Imposto sobre Serviço - ISS, Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Taxas e outros – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias e taxas diversas, cujo valor monta R\$353 em 31 de dezembro de 2014 (R\$339 em 31 de dezembro de 2013) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Provisão para demandas judiciais – Continuação

#### 23.6 Outros passivos contingentes não provisionados – Continuação

- Outras demandas judiciais – referem-se a processos administrativos e ações imobiliárias em que a Companhia e suas subsidiárias pleiteiam a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado e as ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível, Instituto de Defesa do Consumidor (“PROCON”) (em diversos Estados), Instituto de Pesos e Medidas - IPEM, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, totalizando R\$505 em 31 de dezembro de 2014 (R\$697 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada a um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2014 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$122 (R\$109 em 31 de dezembro de 2013).

#### 23.7 Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais, assim compostos:

A Companhia possui registrado em seu ativo, valores referentes a depósito judicial.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Tributárias	61	59	163	145
Trabalhistas	332	322	612	568
Cíveis e outras	27	46	82	102
Total	420	427	857	815

#### 23.8 Garantias

Ações	Carta			Total
	Imóveis	Equipamentos	de fiança	
Tributárias	843	-	6.596	7.439
Trabalhistas	7	3	59	69
Cíveis e outras	10	1	1.193	1.204
Total	860	4	7.848	8.712

O custo das garantias é aproximadamente 0,5% do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Provisão para demandas judiciais – Continuação

#### 23.10 Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, impostos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitas a fiscalizações em períodos que variam entre 5 e 30 anos.

Medida Provisória 627/13 - em novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória – MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória –RTT. Em maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973, resultado da conversão em lei da MP 627. A Companhia, apoiada por seus assessores externos, analisou os dispositivos da Lei 12.973 e a IN 1492, as implicações da opção antecipada e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e não foram identificados efeitos significativos a serem reconhecidos em decorrência da aplicação da referida legislação.

### 24. Operações de arrendamento mercantil

#### 24.1 Arrendamento operacional

##### (i) Pagamentos mínimos não canceláveis

	Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
Menos 1 ano	18	18
De 1 a 5 anos	69	69
Mais de 5 anos	49	66
<b>Total</b>	<b>136</b>	<b>153</b>

Refere-se a contratos não canceláveis de locação de imóveis até as respectivas datas de vencimento. Os contratos de arrendamento operacional variam de 5 a 20 anos e na tabela acima estão divulgados os contratos não canceláveis. Há outros contratos de arrendamento operacional que na avaliação da Administração do GPA são considerados como canceláveis, cuja despesa é registrada pela fluência do prazo. O montante anual da despesa na rubrica "pagamentos não contingentes" com contratos de arrendamento operacional está demonstrado no item (iii) abaixo.

##### (ii) Pagamentos mínimos na rescisão de contratos de locação

A Companhia avaliou e concluiu que os contratos de locação de imóveis são canceláveis durante sua vigência, e na ocorrência de cancelamento do contrato, serão devidos pagamentos mínimos de rescisão que, podem variar de 1 a 12 meses do aluguel mensal ou um percentual fixo sobre o saldo contratual.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Pagamentos mínimos de aluguéis:				
Pagamentos mínimos na rescisão	235	219	769	685
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>219</b>	<b>769</b>	<b>685</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Operações de arrendamento mercantil -- Continuação

#### 24.1 Arrendamento operacional -- continuação

##### (iii) Pagamentos contingentes

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 2,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
<b>Despesas (receitas) do exercício:</b>				
Pagamentos contingentes	<b>348</b>	339	<b>628</b>	501
Pagamentos não contingentes	<b>148</b>	133	<b>916</b>	686
Subarrendamentos (*)	<b>(131)</b>	(128)	<b>(168)</b>	(164)

(\*) Refere-se aos contratos de alugueis a receber das galerias comerciais.

##### (iv) Cláusulas com opção de renovação ou reajuste

Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a Lei de Inquilinato nº 12.122/10. Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação.

#### 24.2 Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$507 em 31 de dezembro de 2014 (R\$483 em 31 de dezembro de 2013), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	<b>25</b>	28	<b>34</b>	56
De 1 a 5 anos	<b>87</b>	98	<b>133</b>	143
Mais de 5 anos	<b>44</b>	27	<b>96</b>	56
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	<b>156</b>	153	<b>263</b>	255
Encargos futuros de financiamento	<b>15</b>	15	<b>60</b>	48
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	<b>171</b>	168	<b>323</b>	303

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Receitas a apropriar

A Companhia e a subsidiária Via Varejo receberam antecipadamente valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e a subsidiária Barcelona recebeu antecipadamente valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso (*back lights*) para exposição de produtos dos seus fornecedores.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Garantias complementares ou estendidas (nota 25.1)	48	30	859	472
Contrato Bradesco	-	-	25	11
Contrato de permuta	-	-	70	50
Investimento em mídia	21	-	48	-
<i>Back lights</i>	-	-	28	38
<i>Spread BCA - Customers base exclusivity (5 anos)</i>	-	-	10	-
<i>Tax credit research</i>	-	-	2	-
Outros	-	-	6	-
	69	30	1.048	571
Circulante	4	-	214	115
Não circulante	65	30	834	456

#### 25.1 Contrato celebrado com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A ("Zurich")

Em 29 de agosto de 2014, a subsidiária Via Varejo celebrou com a Zurich novos contratos para venda de seguro-garantia estendida nas lojas Casas Bahia e Ponto Frio. A vigência deste contrato é de até 8 anos. Em 1º de outubro de 2014, as condições precedentes existentes nos contratos foram cumpridas.

A subsidiária Via Varejo recebeu a quantia de R\$850 a título de antecipação pela angariação de seguros, dos quais R\$150 foram recebidos em setembro de 2014, e R\$700 em outubro de 2014.

Também em setembro de 2014, o antigo provedor de seguro de garantia estendida nas lojas bandeira Casas Bahia e Ponto Frio foi devidamente notificado quanto à rescisão antecipada dos referidos contratos, tendo a Companhia acordado pagar a quantia de R\$584 em decorrência da (i) recompra do direito concedido ao antigo provedor para explorar sua base de clientes pelo prazo do contrato, reconhecidos no ativo intangível da Companhia (R\$187); e (ii) devolução das antecipações realizadas na celebração do contrato devido a sua rescisão antecipada (R\$397). Os valores foram liquidados em 01 de outubro de 2014.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 26. Patrimônio líquido

### 26.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2014, é representado por 265.283 (264.453 em 31 de dezembro de 2013) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em milhares de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2014 (99.680 em 31 de dezembro de 2013) e 165.603 em milhares de ações preferenciais em 31 de dezembro de 2014 (164.773 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreram os seguintes aumentos no capital social:

- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de fevereiro de 2014 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$16 mediante a emissão de 470 (em milhares de ações) preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2014 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$1 mediante a emissão de 32 (em milhares de ações) preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2014 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$5 mediante a emissão de 183 (em milhares de ações) preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de setembro de 2014 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$3 mediante a emissão de 81 (em milhares de ações) preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de outubro de 2014 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$1 mediante a emissão de 23 (em milhares de ações) preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2014 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$2 mediante a emissão de 41 (em milhares de ações) preferenciais.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 26. Patrimônio líquido – Continuação

### 26.2 Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo para fins de cálculo do respectivo valor o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) anterior.

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, e permanecem registradas como ações em tesouraria até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia.

### 26.3 Reserva de capital - reserva especial de ágio

A reserva de capital foi gerada pela reestruturação societária realizada em 2006 consistindo na incorporação da antiga *holding* da Companhia, resultando em uma economia de imposto de renda diferido ativo no montante de R\$103 representando um benefício tributário futuro por meio da amortização de ágio incorporado. A parcela da reserva especial de ágio correspondente ao benefício já recebido deve ser capitalizada ao final de cada exercício em benefício dos acionistas controladores, com a emissão de novas ações.

O aumento de capital está sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção de suas participações, por tipo e classe de ações, na época da emissão, e os montantes pagos pelos não-controladores será entregue diretamente ao acionista controlador.

Em AGE realizada em 17 de abril de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$38 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Deste total, R\$8 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$30 foram capitalizados em proveito da Wilkes Participações S.A., nos termos do artigo 7º da instrução nº 319/99 da CVM.

### 26.4 Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica “Opções outorgadas” são reconhecidas os efeitos dos pagamentos baseados em ações dos executivos da Companhia nos termos do CPC 10 (IFRS 2) – Pagamentos Baseados em Ações.



# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 26. Patrimônio líquido – Continuação

### 26.5 Reservas de lucros

- (i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.
- (ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

### 26.6 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

Em 9 de maio de 2014, nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária (i) a descontinuação do Plano de Opção de Compra de Ações “Ações com Açúcar” (“Plano de Opção Antigo”), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, para novas outorgas de opções, sem prejuízo das opções já outorgadas que permanecerão em vigor sob os mesmos termos e condições; (ii) a criação do Plano de Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga (“Plano de Opção”); e (iii) a criação do Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga (“Plano de Remuneração” e, em conjunto com o Plano de Opção Antigo e o Plano de Opção, os “Planos”).

A seguir descrevemos nosso plano de remuneração que estava em vigor no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e os dois planos do exercício social corrente:

#### Plano de opção Antigo

Nosso Plano de Opção Antigo é administrado por um comitê eleito pelo nosso Conselho de Administração, denominado Comitê de Administração do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Comitê de *Stock Option*”). Esse comitê determinava os funcionários a serem beneficiados periodicamente com opções de compra de ações, com base em suas atribuições, responsabilidades e performance, definindo as condições aplicáveis.

Nosso Comitê de *Stock Option* desenvolvia ciclos anuais de outorga de opções. Cada ciclo de outorga recebeu um número de série iniciado pela letra A. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries A5 a A7 do Plano de Opção Antigo.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção Antigo podem ser diferenciadas em “Gold” e “Silver”, diferenciação que implica em alteração no preço de exercício das opções.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Patrimônio líquido – Continuação

#### 26.6 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

##### Plano de opção Antigo -- Continuação

Nas opções classificadas como “Silver”, o preço de exercício por ação preferencial era o correspondente à média do preço de fechamento nas negociações de ações preferenciais de emissão da nossa Companhia realizadas nos últimos 20 pregões da BM&FBOVESPA, anteriores à data em que o Comitê de *Stock Option* deliberou a outorga da opção. Após apurado esse preço médio, era aplicado um deságio de 20%. Nas opções classificadas como “Gold”, o preço de exercício por ação preferencial era o correspondente a R\$0,01. Em ambos os casos os preços não serão atualizados.

O Comitê de *Stock Option* aprovou durante o ano de 2013, novos critérios para apuração do índice de redução e/ou aumento (reductor ou acelerador) da quantidade de opções outorgadas classificadas como “Gold” em cada série do Plano de Opção Antigo, de acordo com a análise do cumprimento do conceito do retorno sobre o capital investido (ROIC). De acordo com o item 3.3 do Plano de Opção Antigo, o Comitê decidiu que, a partir da Série A6, inclusive, a redução ou o aumento da quantidade de opções do tipo “Gold” seria apurado com base no atendimento do *Return on Capital Employed (ROCE)* da CBD.

Não há um limite para a redução ou aceleração naquele novo critério aprovado. No *vesting* da opção seria calculado o ROIC/ROCE médio dos 3 últimos exercícios sociais, frente ao ROIC/ROCE determinado na outorga de cada série.

Como regra geral do Plano de Opção Antigo, que podia ser alterada pelo Comitê de *Stock Option* em cada série, a aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á a partir do 36º mês e até o 48º mês, contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão, onde o beneficiário terá o direito de adquirir 100% das ações cuja opção foi classificada como “Silver”. O exercício das opções classificadas como “Gold” ocorrerá no mesmo período, mas o percentual de tais opções sujeitas a exercício será determinado pelo Comitê de *Stock Option* no 35º mês, contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção Antigo podem ser exercidas integral ou parcialmente. Vale ressaltar que as opções “Gold” são adicionais às opções “Silver” e, dessa forma, as opções “Gold” somente poderão ser exercidas em conjunto com as opções “Silver”.

O preço referente ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção Antigo deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional pelo beneficiário em uma única parcela devida 30 dias após a data de subscrição das respectivas ações

##### Plano de Remuneração

O Plano de Remuneração será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual instituiu o Comitê de Recursos Humanos e Remuneração para assessorá-lo na administração do Plano de remuneração (“Comitê”).

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e, sempre que for necessário, para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “B” seguida de um número. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B1 do Plano de Opção.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Patrimônio líquido – Continuação

#### 26.6 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

##### Plano de Remuneração -- Continuação

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de Remuneração, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que deliberar a outorga das opções daquela série (“Preço de Exercício”).

As opções concedidas a um Participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Outorga (“Período de Carência”), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da Data da Outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da Data da Outorga (“Período de Exercício”).

O Participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o Período de Exercício.

O Preço de Exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

O Participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações de, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de Remuneração.

##### Plano de Opção

O Plano de Opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual, instituiu o Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da Companhia para assessorá-lo na administração do Plano de Opção (“Comitê”).

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que for necessário, para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “C” seguida de um número. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C1 do Plano de Opção.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgada no âmbito do Plano de Opção deverá ser correspondente a R\$0,01 (um centavo) (“Preço de Exercício”).

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 26. Patrimônio líquido – Continuação

### 26.6 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

#### Plano de Opção -- Continuação

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("Período de Carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("Período de Exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente termo de exercício de opção durante o Período de Exercício.

O Preço de Exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante quantidade equivalente aos tributos retidos.

As informações relativas ao Plano de Opção Antigo, Plano de Opção e Plano de Remuneração estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	Preço				Lote de opções			
		1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de opções outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por saída	Total em vigor
Saldo em 31 de dezembro de 2013									
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(512)	(2)	-
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(181)	(1)	-
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(140)	(14)	145
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(140)	(14)	145
Série A6 - Gold	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	0,01	0,01	526	(171)	(25)	330
Série A6 - Silver	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	64,13	64,13	526	(171)	(25)	330
Série A7 - Gold	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	0,01	0,01	358	(26)	(16)	315
Série A7 - Silver	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	80,00	80,00	358	(26)	(16)	315
						3.062	(1.367)	(113)	1.580

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Patrimônio líquido – Continuação

#### 26.6 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

Séries outorgadas	Data da outorga	Preço				Lote de opções			
		1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de opções outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por saída	Total em vigor
Saldo em 31 de dezembro de 2014									
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(512)	(2)	-
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(181)	(1)	-
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(282)	(14)	3
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(282)	(14)	3
Série A6 - Gold	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	0,01	0,01	526	(329)	(32)	165
Série A6 - Silver	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	64,13	64,13	526	(329)	(32)	165
Série A7 - Gold	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	0,01	0,01	358	(137)	(27)	194
Série A7 - Silver	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	80,00	80,00	358	(137)	(27)	194
Série B1 -	30/05/2014	30/05/2017	30/11/2017	0,01	0,01	239	(5)	(32)	202
Série C1 -	30/05/2014	30/05/2017	30/11/2017	83,22	83,22	239	(6)	(31)	202
						3.540	(2.200)	(212)	1.128

Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Opção Antigo, o Comitê de *Stock Option* em 30 de abril de 2014 aprovou que não houve redução e/ ou aceleração referente à Série A5.

Em 31 de dezembro de 2014, havia 232.586 ações preferenciais em tesouraria que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano e o valor da ação preferencial da Companhia na BM&FBovespa era de R\$97,81 para cada ação.

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 2014 de todas as opções outorgadas:

	31.12.2014	31.12.2013
Quantidade de ações	265.283	264.453
Saldo das séries outorgadas em vigor	1.128	1.580
Percentual máximo de diluição	0,43%	0,60%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B1 e C1: (a) expectativa de dividendos de 0,96%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 22,09% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,70%. A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2014 é de 1,52 anos (1,46 anos em 31 de dezembro de 2013). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$69,71 (R\$62,59 em 31 de dezembro de 2013).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Patrimônio líquido – Continuação

#### 26.6 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

	<b>Ações</b>	<b>Média ponderada do preço de exercício</b>	<b>Média ponderada do prazo contratual remanescente</b>	<b>Valor intrínseco agregado</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>				
Em aberto no início do exercício	1.658	26,40		
Outorgadas durante o exercício	716	40,02		
Canceladas durante o exercício	(51)	36,43		
Exercidas durante o exercício	(743)	21,86		
Em aberto no fim do exercício	1.580	34,39	1,46	112.091
Total a exercer em 31 de dezembro de 2013	1.580	34,39	1,46	112.091
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>				
Outorgadas durante o exercício	477	41,61		
Canceladas durante o exercício	(99)	39,92		
Exercidas durante o exercício	(830)	33,33		
Em aberto no fim do exercício	1.128	56,87	1,52	66.905
Total a exercer em 31 de dezembro de 2014	1.128	56,87	1,52	66.905

Em 31 de dezembro de 2014 havia opções a serem exercidas na Série A5.

Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2014 foram de R\$37 (R\$43 em 31 de dezembro de 2013).

#### 26.7 Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva de variação cambial corresponde ao efeito cumulativo dos ganhos e perdas de variações cambiais na conversão dos ativos, passivos e resultados em Reais, correspondendo ao investimento do GPA na subsidiária Cdiscount. O efeito na controladora foi de R\$2 e para não controladores foi de R\$4. Além disso, há nesta rubrica são registrados os efeitos de ganho ou perda atuarial relativo aos planos de benefícios definidos mencionados na nota 32.1.

#### 26.8 Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) de 16 de abril de 2014, os acionistas aprovaram a proposta da Administração para distribuição de dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no valor total de R\$250, que inclui os dividendos antecipados já declarados no valor de R\$ 99, sendo o valor líquido pago em 13 de junho de 2014. Este valor corresponde a R\$0,888957268 por ação ordinária e R\$ 0,977852995 por ação preferencial.

Em 24 de abril de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a antecipação de distribuição de dividendos no valor de R\$36, sendo R\$0,14 por ação preferencial e R\$0,127270 por ação ordinária. Tiveram direito aos dividendos todas as ações em circulação na data-base de 05 de maio de 2014. A partir do dia 06 de maio de 2014, as ações passaram a ser negociadas sem direito aos dividendos ("ex-dividendos") até a data do seu pagamento que ocorreu em 15 de maio de 2014.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Patrimônio líquido – Continuação

#### 26.8 Dividendos – Continuação

Em 22 de julho de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a antecipação de distribuição de dividendos no valor de R\$36, sendo R\$0,14 por ação preferencial e R\$0,127270 por ação ordinária. Tiveram direito aos dividendos todas as ações em circulação na data-base de 01 de agosto de 2014. A partir do dia 04 de agosto de 2014, as ações passaram a ser negociadas sem direito aos dividendos ("ex-dividendos") até a data do seu pagamento que ocorreu em 13 de agosto de 2014.

Em 30 de outubro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a antecipação de distribuição de dividendos no valor de R\$36, sendo R\$0,14 por ação preferencial e R\$0,127272 por ação ordinária. Tiveram direito aos dividendos todas as ações em circulação na data-base de 10 de novembro de 2014. A partir do dia 11 de novembro de 2014, as ações passaram a ser negociadas sem direito aos dividendos ("ex-dividendos") até a data do seu pagamento que ocorreu em 21 de novembro de 2014.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, calculados conforme demonstrado abaixo, considerando antecipações de dividendos aos seus acionistas no valor de R\$108, conforme acima, realizadas no exercício de 2014. O valor do dividendo a pagar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$194 (R\$151 em 31 de dezembro de 2013), o qual corresponde a remuneração de R\$0,6890176962 por ação ordinária e R\$0,7579194658 por ação preferencial.

	Dividendos propostos	
	31.12.2014	31.12.2013
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.270</b>	1.052
Reserva legal	(63)	(52)
Base de cálculo dos dividendos	<b>1.207</b>	1.000
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<b>302</b>	250
Dividendos intermediários pagos	<b>(108)</b>	(99)
Dividendos a pagar	<b>194</b>	151

Adicionalmente, no Consolidado temos os saldos de dividendos a pagar no montante de R\$126, destinados aos acionistas não-controladores de Via Varejo.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Patrimônio líquido – Continuação

#### 26.9 Transação com acionistas não controladores

Em 2014, os valores registrados diretamente na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido nas linhas “Transações com não controladores” nos montantes de R\$(28) (controlador) e R\$24 (não controlador), referem-se a:

- i) Ganho ou perda na participação societária: Efeitos de transações realizadas com acionistas não controladores da subsidiária Cdiscount no montante de R\$(5) (controlador) e R\$(2) (não controlador).
- ii) Transação com não controladores: Combinação de Negócios Asia – Nota 13.1 (vi). Efeito no Patrimônio Líquido de R\$(15) (controlador) e R\$(21) (não controlador).
- iii) Efeitos da participação minoritária nas controladas do segmento de e-commerce no montante de R\$47.
- iv) Outros efeitos da reorganização societária de e-commerce;

Em 2013, As movimentações no patrimônio líquido relacionado a parte de não controladores se refere, além do lucro do exercício atribuído, aos valores relacionadas a transações com acionistas não controladores que representaram o aumento de sua participação sobre o patrimônio líquido de empresas controladas. Entre as principais transações destacamos i) Oferta secundária de ações da Via Varejo e ii) Aquisição de participação de Nova Pontocom.

Descrição	Controladora	Não Controladores	Consolidado
<b>Oferta Publica de Ações Via Varejo (Nota 14 a ii)</b>			
Valor Captado	897	-	<b>897</b>
Custo do Investimento e Custo de Transação	(563)	473	<b>(89)</b>
Imposto de renda sobre Ganho de Capital	(135)	-	<b>(135)</b>
<b>Efeito Líquido no Patrimônio Líquido</b>	<b>199</b>	<b>473</b>	<b>673</b>
<b>Compra de participação NPC (1f)</b>	<b>(73)</b>	<b>24</b>	<b>(50)</b>
<b>Efeito de transações de capital</b>	<b>126</b>	<b>497</b>	<b>623</b>



## **Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **26. Patrimônio líquido – Continuação**

#### 26.10 Plano de pagamento em ações de subsidiárias

##### i) Planos – Cdiscount

A subsidiária Cdiscount possui dois planos de pagamentos em ações:

Ações diferidas – Plano de 1.319.999 ações outorgadas em 19 de novembro de 2014, cujo direito por parte dos beneficiários foi imediatamente satisfeito na outorga, no entanto, serão entregues sem nenhum custo após 4 anos. A despesa para este plano foi reconhecida imediatamente no montante de R\$19.

Plano de Apreciação de Ações – Plano de 4.746.907 ações outorgadas em 19 de novembro de 2014, cujo direito será satisfeito em 4 anos de acordo com o tempo na Companhia. O preço de exercício será pago em dinheiro igual ao excesso. Se algum, do (a) o menor do preço de fechamento da ação na NASDAQ no fechamento e 220% do preço do IPO. Sobre (b) 120% do preço do IPO.

##### ii) Planos – Via Varejo

Via Varejo possui um plano de remuneração e um plano de Outorga com regras similares ao plano da Companhia, com satisfação do direito de 36 meses, para o plano de remuneração o preço de exercício é R\$0,01, para o plano de opção médias das últimas 20 cotações, com exercício de R\$19,98. A despesa acumulada deste plano foi de R\$4 no ano com 476.578 ações outorgadas para o plano de opção e 476.387 ações outorgadas para o plano de remuneração.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 27. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Receita bruta de vendas				
Mercadorias	24.276	23.822	71.624	63.907
Prestação de serviços	263	126	1.737	1.306
Serviços financeiros	-	-	1.419	1.212
Devoluções e cancelamento de vendas	(395)	(343)	(1.977)	(1.884)
	24.144	23.605	72.803	64.541
Impostos	(1.895)	(1.935)	(7.278)	(6.687)
Receita líquida	22.249	21.670	65.525	57.854

### 28. Despesas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Custo com estoques	(16.015)	(15.802)	(48.580)	(42.750)
Despesas com pessoal	(2.248)	(2.158)	(5.593)	(5.095)
Serviços de terceiros	(353)	(333)	(2.959)	(2.789)
Despesas funcionais	(992)	(943)	(1.511)	(1.458)
Despesas comerciais	(402)	(361)	(978)	(660)
Outras despesas	(189)	(113)	(746)	(740)
	(20.199)	(19.710)	(60.367)	(53.492)
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(16.015)	(15.802)	(48.580)	(42.750)
Despesas com vendas	(3.622)	(3.275)	(10.303)	(9.257)
Despesas gerais e administrativas	(562)	(633)	(1.484)	(1.485)
	(20.199)	(19.710)	(60.367)	(53.492)

### 29. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Provisão para demandas judiciais (a)	(121)	(279)	(151)	(392)
Efeito de valores indenizados a Via Varejo e CB e	(101)	(155)	(101)	(147)
Gastos com Associação (b)	(2)	-	(39)	-
Gastos com IPO Cnova (c)	-	-	-	71
Combinação de negócios Bartira (nota 14)	(40)	-	23	-
Parcelamento de impostos - Refis	(64)	(60)	(114)	(105)
Gastos com integração e reestruturação (d)	(22)	2	(58)	(45)
Resultado com ativo permanente	(4)	(27)	(1)	(55)
Outros	(354)	(519)	(441)	(673)
Total	(354)	(519)	(441)	(673)

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 29. Outras despesas operacionais, líquidas -- Continuação

- a) Em 2014, em decorrência da recente decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema de ICMS Cesta Básica, a administração da Companhia, com base em opinião legal de seu advogado externo, entendeu adequado efetuar provisionamento a respeito do assunto, conforme mencionado na nota explicativa nº 23.

Em 2013, valor referente ao registro de provisão para risco de Finsocial, PIS e Cofins, cuja avaliação da Administração, amparada pelos nossos assessores legais se tornou provável de perda durante o ano, revisão dos riscos trabalhistas e respectivos depósitos judiciais.

- b) Em 2014, valores relacionados a indenização decorrentes de despesas de contingências referentes a períodos anteriores a associação com CB;

Em 2013, valor está composto por: i) Despesa referente aos efeitos finais dos trabalhos de consultores externos concluídos em outubro de 2013 no montante de R\$69, compreendendo: Despesas de R\$58 referente a gastos com associação reconhecidos até 30 de junho de 2013; R\$55 referente a baixas de recebíveis que foram concluídos como não passíveis de reembolso pelas partes; ganho de R\$57 referentes a recebíveis até então considerados contingentes; e outras despesas de R\$8 (Vide nota 1.3); e ii) Despesas de R\$78 de efeitos de indenização a Via Varejo e CB;

- c) Refere-se a gastos incorridos relacionados aos esforços de abertura de capital da subsidiária Cnova N.V., considerados como não diretamente atribuíveis aos custos de transação desta operação;
- d) Trata-se de valores rescisórios pagos a executivos e funcionários do Grupo, cujo desligamento foi informado ou efetuado durante os anos de 2013 e 2014, e que representaram mudança importante na estrutura dos departamentos.

### 30. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(514)	(477)	(687)	(600)
Custo com antecipação de recebíveis	(98)	(94)	(1.110)	(895)
Atualizações monetárias passivas	(115)	(132)	(237)	(238)
Outras despesas financeiras	(88)	(66)	(161)	(103)
Total de despesas financeiras	(815)	(769)	(2.195)	(1.836)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	94	120	417	375
Atualizações monetárias ativas	102	117	247	256
Outras receitas financeiras	5	7	23	12
Total de receitas financeiras	201	244	687	643
Total	(614)	(525)	(1.508)	(1.193)

Os efeitos do hedge nos exercícios findos em 2014 e 2013 estão divulgados na nota nº19.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 31. Lucro por ação

	31.12.2014			31.12.2013		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
<b>Numerador básico</b>						
Dividendo real proposto	-	-	-	161	89	250
Lucro básico alocado	820	450	1.270	517	285	802
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	820	450	1.270	678	374	1.052
<b>Denominador básico (milhares de ações)</b>						
Média ponderada da quantidade de ações	165	100	265	164	100	264
Lucro básico por milhares de ações (R\$)	4,96661	4,51445		4,12670	3,75201	
<b>Numerador diluído</b>						
Lucro líquido alocado disponível a acionistas Ordinários e preferenciais	820	450	1.270	678	374	1.052
	820	450	1.270	678	374	1.052
<b>Denominador diluído</b>						
Média ponderada da quantidade de ações (milhares)	165	100	265	162	100	262
Opções de compra de ações	-	-	-	1	-	1
Média ponderada diluída das ações (milhares)	165	100	265	163	100	264
<b>Lucro diluído por milhares de ações (R\$)</b>	4,95197	4,51276		4,11039	3,75092	

As opções concedidas pela controlada CNova N.V. não estão sendo consideradas no cálculo do lucro diluído por ação por serem consideradas antidilutivas.

### 32. Plano de benefício

#### 32.1 Planos de pensão

Na França, um acordo específico do segmento entre empregados e empresas determina o pagamento de valores aos empregados na data da aposentadoria, baseados dos anos de serviços prestados e o salário na época de aposentadoria.

Principais premissas usadas na determinação da obrigação de benefícios definidos:

	Cdiscount
	2014
Taxa de desconto	2,20%
Taxa esperada de aumento futuro de salários	2,50%
Idade de aposentadoria	64

A taxa de desconto é determinada como referência pela *Bloomberg* 15-anos AA corporate composite index.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 32. Plano de benefício -- Continuação

Reconciliação das obrigações no balanço patrimonial:

	<b>Cdiscount</b>
	<b>2014</b>
Em 1º de agosto de 2014	5
Custo do exercício	-
Ganhos ou Perdas atuariais reconhecidos no patrimônio líquido	2
Em 31 de dezembro de 2014	<u>7</u>

#### 32.2 Plano de previdência privada de contribuição definida

Em julho de 2007, a Companhia estabeleceu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida em nome de seus funcionários, a ser administrada pela instituição financeira BrasilPrev Seguros e Previdência S.A.. A Companhia efetua contribuições mensais em nome de seus funcionários, sendo os valores pagos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de R\$3 (R\$4 em 31 de dezembro de 2013) e as contribuições dos funcionários de R\$7 (R\$5 em 31 de dezembro de 2013). O plano contava com 921 participantes em 31 de dezembro de 2014 (1.012 em 31 de dezembro de 2013).

### 33. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2014, pode ser resumida da seguinte forma:

<b>Bens segurados</b>	<b>Riscos cobertos</b>	<b>Controladora</b> <b>Montante da</b> <b>cobertura</b>	<b>Consolidado</b> <b>Montante da</b> <b>cobertura</b>
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	8.603	22.096
Lucro	Lucros cessantes	4.507	8.628
Automóveis e outros (*)	Perdas e Danos	409	620

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativas no valor de R\$334.

(\*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 34. Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos:

- Varejo - inclui as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Supermercado”, “Minimercado Extra”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Posto Extra”, “Drogaria Extra” e “GPA Malls & Properties”.
- Eletro - inclui as bandeiras “Ponto Frio” e “Casas Bahia”.
- Atacado de autosserviços - inclui a bandeira “ASSAÍ”.
- Comércio eletrônico - inclui os “sites” [www.pontofrio.com.br](http://www.pontofrio.com.br), [www.extra.com.br](http://www.extra.com.br), [www.casasbahia.com.br](http://www.casasbahia.com.br), [www.barateiro.com.br](http://www.barateiro.com.br), [www.partiuviaagens.com.br](http://www.partiuviaagens.com.br) e [www.cdisecount.com.br](http://www.cdisecount.com.br).

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras. O financiamento do GPA (inclusive custos financeiros e receita financeira) e os impostos de renda são administrados de forma segmentada.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 19 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos quatro segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes através dos segmentos. Desta maneira consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os exercícios apresentados, a fim de manter a comparabilidade. As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 34. Informações sobre os segmentos – Continuação

Descrição	Varejo		Atacado de autosserviços		Eletrô		Comércio eletrônico		Total		Eliminação (*)		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Receita líquida de vendas	<b>26.415</b>	25.538	<b>8.326</b>	6.273	<b>22.674</b>	21.746	<b>8.175</b>	4.297	<b>65.590</b>	57.854	<b>(65)</b>	-	<b>65.525</b>	57.854
Lucro bruto	<b>7.549</b>	7.107	<b>1.208</b>	914	<b>7.355</b>	6.690	<b>845</b>	393	<b>16.957</b>	15.104	<b>(12)</b>	-	<b>16.945</b>	15.104
Depreciação e amortização	<b>(552)</b>	(594)	<b>(78)</b>	(56)	<b>(139)</b>	(130)	<b>(52)</b>	(7)	<b>(821)</b>	(787)	-	-	<b>(821)</b>	(787)
Equivalência patrimonial	<b>79</b>	33	-	-	<b>32</b>	14	<b>(3)</b>	-	<b>108</b>	47	-	-	<b>108</b>	47
Lucro operacional	<b>1.556</b>	1.032	<b>233</b>	194	<b>2.123</b>	1.626	<b>91</b>	97	<b>4.003</b>	2.949	-	-	<b>4.003</b>	2.949
Despesas financeiras	<b>(886)</b>	(852)	<b>(71)</b>	(46)	<b>(1.035)</b>	(815)	<b>(249)</b>	(155)	<b>(2.241)</b>	(1.868)	<b>47</b>	32	<b>(2.194)</b>	(1.836)
Receita financeira	<b>335</b>	375	<b>20</b>	23	<b>356</b>	264	<b>23</b>	13	<b>734</b>	675	<b>(47)</b>	(32)	<b>687</b>	643
Lucro antes do IR e CSLL	<b>1.005</b>	555	<b>182</b>	170	<b>1.444</b>	1.075	<b>(135)</b>	(44)	<b>2.496</b>	1.756	-	-	<b>2.496</b>	1.756
IR e CSLL	<b>(253)</b>	(14)	<b>(62)</b>	(58)	<b>(475)</b>	(304)	<b>54</b>	16	<b>(736)</b>	(360)	-	-	<b>(736)</b>	(360)
Lucro líquido do exercício	<b>752</b>	541	<b>120</b>	112	<b>969</b>	771	<b>(81)</b>	(28)	<b>1.760</b>	1.396	-	-	<b>1.760</b>	1.396
Ativo circulante	<b>8.062</b>	7.088	<b>1.709</b>	1.359	<b>10.366</b>	8.753	<b>4.092</b>	1.412	<b>24.229</b>	18.612	<b>(96)</b>	(3)	<b>24.133</b>	18.609
Ativo não circulante	<b>13.691</b>	12.717	<b>1.492</b>	2.457	<b>5.283</b>	4.376	<b>1.506</b>	550	<b>21.972</b>	20.100	<b>(605)</b>	(702)	<b>21.367</b>	19.398
Passivo circulante	<b>8.026</b>	5.380	<b>1.832</b>	2.604	<b>9.716</b>	7.830	<b>4.973</b>	1.901	<b>24.547</b>	17.715	<b>(699)</b>	(705)	<b>23.848</b>	17.010
Passivo não circulante	<b>5.314</b>	6.300	<b>235</b>	279	<b>1.571</b>	1.699	<b>52</b>	7	<b>7.172</b>	8.285	<b>(2)</b>	-	<b>7.170</b>	8.285
Patrimônio líquido	<b>8.413</b>	8.125	<b>1.134</b>	933	<b>4.362</b>	3.600	<b>573</b>	54	<b>14.482</b>	12.712	-	-	<b>14.482</b>	12.712

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 34. Informações sobre os segmentos – Continuação

Descrição	Brasil								Internacional	Total		Eliminação (*)		Total	
	Varejo		Atacado de autosserviços		Eletro		Comércio eletrônico		Comércio eletrônico						
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Receita líquida de vendas	26.415	25.538	8.326	6.273	22.674	21.746	5.747	4.297	2.428	65.590	57.854	(65)	-	65.525	57.854
Ativo circulante	8.062	7.088	1.709	1.359	10.366	8.753	1.742	1.412	2.350	24.229	18.612	(96)	(3)	24.133	18.609
Ativo não circulante	13.691	12.717	1.492	2.457	5.283	4.376	851	550	655	21.972	20.100	(605)	(702)	21.367	19.398
Passivo circulante	8.026	5.380	1.832	2.604	9.716	7.830	2.475	1.901	2.498	24.547	17.715	(699)	(705)	23.848	17.010
Passivo não circulante	5.314	6.300	235	279	1.571	1.699	17	7	35	7.172	8.285	(2)	-	7.170	8.285
Patrimônio líquido	8.413	8.125	1.134	933	4.362	3.600	101	54	472	14.482	12.712	-	-	14.482	12.712

(\*) As eliminações são compostas por saldos entre as companhias.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 34. Informações sobre os segmentos – Continuação

#### Informações gerais da Companhia

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita total é composta pelos seguintes tipos de produtos:

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Alimentos	<b>53,0%</b>	55,0%
Não alimentos	<b>47,0%</b>	45,0%
Total de vendas	<b>100,0%</b>	100,0%

Os investimentos (Capex) estavam assim apresentados:

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Alimentos	<b>1.110</b>	1.447
Não alimentos	<b>786</b>	402
Total de investimentos	<b>1.896</b>	1.849

### 35. Eventos subsequentes

#### 35.1 Listagem Cnova na Euronext - Paris

Em 21 de janeiro de 2015, Cnova anunciou que recebeu todas as aprovações necessárias das Autoridades Holandesas de Mercados Financeiros ("AFM") e *Euronext Paris*, e foi autorizado acesso ao prospecto de listagem pela AFM e pela Autoridade Francesa de Mercados Financeiros para uma listagem secundária de suas ações ordinárias no mercado regulado (*marché réglementé*) da *Euronext Paris*. A Companhia não emitiu, ou ofertou, nenhuma nova ação como resultado desta listagem.

#### 35.2 Aumento de capital

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de fevereiro de 2015 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$1 mediante exercício de opção de compra de 22 mil ações preferenciais.